



A produção do conhecimento em Educação Física no Estado do Amapá:

contribuição a partir dos estudos
realizados por associados(as) ao Colégio
Brasileiro de Ciências do Esporte

Organizadores
Cássia Hack
Demilto Yamaguchi da Pureza
Walter Mendes da Cunha

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO
DO AMAPÁ:**

**contribuição a partir dos estudos realizados
por associados(as) ao Colégio Brasileiro de
Ciências do Esporte**

**Cássia Hack
Demilto Yamaguchi da Pureza
Walter Mendes da Cunha
(Orgs.)**

**A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO
DO AMAPÁ:**

**contribuição a partir dos estudos realizados
por associados(as) ao Colégio Brasileiro de
Ciências do Esporte**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Informa-se que a responsabilidade pela revisão ortográfica e de normas acadêmicas é da autoria de cada texto.

Cássia Hack; Demilto Yamaguchi da Pureza; Walter Mendes da Cunha [Orgs.]

A produção do conhecimento em Educação Física no estado do Amapá: contribuição a partir dos estudos realizados por associados(as) ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 129p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1538-9 [Impressor]

978-65-265-1539-6 [Digital]

1. Educação física. 2. Amapá-Brasil. 3. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. 4. Educação e saúde. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

*Instruí-vos porque teremos necessidade
de toda a vossa inteligência.
Agitai-vos porque teremos necessidade
de todo o vosso entusiasmo.
Organizai-vos porque teremos necessidade
de toda vossa força.*

Antonio Gramsci

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	9
	Cássia Hack Demilto Yamaguchi da Pureza Walter Mendes da Cunha	
1. COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE NO AMAPÁ: dos primórdios a atualidade		13
	Cássia Hack Demilto Yamaguchi da Pureza Walter Mendes da Cunha	
2. MULHERES, ESPORTE E RESISTÊNCIAS: um estudo bibliográfico		47
	Milena Almeida Palmerim Gustavo Maneschy Montenegro	
3. POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA E PRÁTICAS SOCIAIS DE SAÚDE: tecendo redes com a comunidade Igarapé do Samaúma		67
	Layana Costa Ribeiro Cardoso	
4. ATIVIDADE FÍSICA DO TRABALHO E DO LAZER E SUA ASSOCIAÇÃO COM VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS: um estudo com a comunidade ribeirinha do Rio Maniva no interior do Afuá/PA		89
	Jacson Douglas Figueira de Souza Álvaro Adolfo Duarte Alberto	

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: uma análise da inclusão do estudante com deficiência a partir da percepção de educandos e educadores da rede municipal de ensino de Oiapoque 105

Josivan dos Santos

Núbia da Silva Araújo

Silvana Siqueira de Oliveira

Rodrigo Coutinho Santos

6. AUTORAS E AUTORES 123

APRESENTAÇÃO

Esta obra foi organizada no sentido de agrupar uma pequena parte da produção do conhecimento científico produzido por associados(as) ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no Estado do Amapá por iniciativa da Gestão 2022-2024 “Resistência e Unidade na luta pela vida continua” da Secretaria Estadual do CBCE no Amapá (CBCE/AP). Neste sentido, foi encaminhado convite aos(às) associados(as) divulgando o projeto de publicação. Assim, segue para apreciação pública as cinco (05) produções de autores(as) que atenderam ao chamado.

O primeiro texto intitulado **COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE NO AMAPÁ: dos primórdios a atualidade**, de autoria de Cássia Hack, Demilto Yamaguchi da Pureza e Walter Mendes da Cunha é um texto que se refere ao registro histórico desde sua criação ao seu desenvolvimento de uma entidade científica no meio do mundo. Trata-se do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Estado do Amapá. Relato a partir de uma pesquisa documental, exploratória e descritiva. Destaca-se a relevância e a contribuição da entidade no desenvolvimento do campo da Educação Física no Estado do Amapá e o esforço empenhado para a continuidade do CBCE/AP. Traz também alguns documentos históricos produzidos no âmbito das atividades do CBCE/AP. O texto foi organizado pela atual Gestão da Secretaria do CBCE/AP no sentido de eternizar um pouco desta história em dados, informações, imagens e documentos.

O texto **MULHERES, ESPORTE E RESISTÊNCIAS: um estudo bibliográfico** de autoria de Milena Almeida Palmerim e Gustavo Maneschy Montenegro é derivado de uma pesquisa que abordou a dificuldade de inserção das mulheres nos esportes de rendimento no Brasil. O objetivo do estudo foi discutir as barreiras enfrentadas pelas mulheres atletas, apontadas na

literatura acadêmica consultada. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de artigos publicados, os quais serviram como apoio para descrever os enfrentamentos das mulheres nos esportes de rendimento. Após o estudo dos mesmos, optou-se por agrupá-los em eixos de discussão, sendo eles: A mulher atleta; Salários de mulheres atletas; Mulheres em cargos de comando. A pesquisa evidenciou desigualdade na inserção das mulheres nos esportes de rendimento, desigualdade esta que se coloca também nas questões salariais e na inserção das mesmas em cargos de treinadoras e de gestão esportiva. É necessário trazer este tema para discussão, ao se buscar o questionamento e o enfrentamento desta desigualdade, uma vez que ela não se faz presente só no contexto esportivo.

O trabalho **POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA E PRÁTICAS SOCIAIS DE SAÚDE: tecendo redes com a Comunidade Igarapé do Samaúma** escrito por Layana Costa Ribeiro Cardoso tem por objetivo geral compreender as práticas sociais da Comunidade Igarapé do Samaúma em Mazagão/Amapá/Brasil e suas relações com a saúde. Do ponto de vista metodológico valemo-nos da pesquisa etnográfica para interpretar as alteridades constitutivas deste grupo étnico, na qual utilizamos como instrumentos de coleta de dados o diário de campo, entrevista semiestruturada e o registro fotográfico. Identificamos que a perspectiva biomédica que trata o conceito de saúde como a ausência de doenças prevaleceu nos discursos entre os integrantes da comunidade ribeirinha. O que podemos observar através dos cuidados com o corpo relacionados aos hábitos alimentares, ao descanso e suas predileções de práticas sociais (sejam elas individuais e/ou coletivas). As práticas sociais de saúde urbanas passaram a se conflitar com os saberes advindos da tradição cultural na comunidade ribeirinha ao desconsiderar sua dinamicidade sociocultural, o que foi intensificado com a chegada da energia elétrica e da televisão como meio de comunicação de massa. A partir deste cenário os banhos de rio que possuíam um papel central para o grupo étnico, por se caracterizar como uma

ação coletiva de sociabilidade, de prazer e de integração com o meio natural caiu em desprestígio social, ainda que contemplassem uma visão ampliada de saúde.

O artigo **ATIVIDADE FÍSICA DO TRABALHO E DO LAZER E SUA ASSOCIAÇÃO COM VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS: um estudo com a comunidade ribeirinha do Rio Maniva no interior do Afuá/PA** de autoria de Jacson Douglas Figueira de Souza e Álvaro Adolfo Duarte Alberto discutem que os benefícios da Atividade Física estão relacionados diretamente e indiretamente na promoção da saúde. Mas é fato que muitos são os lugares e populações que desconhecem tais benefícios. Assim, desvendar aspectos relacionados a essas populações é de grande importância para o desenvolvimento de políticas públicas visando necessidades destas. Este estudo tem como objetivo determinar o nível geral de Atividade Física e sua associação com fatores sociodemográficos de uma comunidade de ribeirinhos localizada no Rio Maniva, no interior do Afuá /PA. A amostra foi composta de 40 pessoas de ambos os sexos com idade entre 19 e 51 anos. Os níveis de Atividade Física foram mensurados com o IPAQ curto, versão 8. As variáveis independentes analisadas foram: sexo, idade e estado nutricional (IMC). Os resultados apontaram que 65% dos homens e 61% das mulheres são ativos fisicamente. E 65% da amostra está com o IMC normal. Portanto, mais de 60% da amostra estudada apresenta nível adequado de Atividade Física. Este índice pode estar relacionado às principais atividades desenvolvidas do trabalho cotidiano praticadas como: extração de madeira, palmito, colheitas do açaí e sementes de andiroba, pracaxi, murumuru e etc.. Além dessas atividades destacam-se também a participação em jogos de futebol e festas dançantes. Este estudo aponta a necessidade de mais pesquisas que levem em consideração a representatividade, as características e as especificidades das diversas comunidades ribeirinhas existentes no país.

O trabalho intitulado **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: Uma análise da inclusão do estudante com deficiência a partir da percepção de educandos e educadores da**

rede municipal de ensino de Oiapoque de autoria de Josivan dos Santos, Núbia da Silva Araújo, Silvana Siqueira de Oliveira e Rodrigo Coutinho Santos tem como objetivo analisar a inclusão do estudante com deficiência a partir da percepção de educandos e educadores da rede municipal de ensino de Oiapoque. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, utilizando-se do instrumento de coleta para os dados uma entrevista semiestruturada. A amostra foi constituída por 18 alunos e 03 professores de Educação Física de três escolas da rede municipal da cidade de Oiapoque - AP, com alunos matriculados no ensino fundamental, tendo idade entre 12 e 14 anos. Buscou-se mostrar um pouco da legislação atual sobre o ensino para às PcD's, assim como os documentos nacionais e internacionais que garantem tal educação, como também demonstrar à importância do professor de Educação Física e sua atuação profissional junto aos alunos com deficiência, relatando o ponto de vista dos alunos sem deficiência com a inclusão. Por fim, apresenta-se os dados coletados e as discussões realizadas com educadores e educandos do ensino regular sobre análise da inclusão da PcD a partir da percepção dos entes entrevistados, verificando-se através das falas dos entes que convivem com a realidade da inclusão, que muito ainda precisa ser feito para que haja êxito neste processo.

Por fim, há uma seção em que autoras e autores são apresentados por foto e de forma abreviada.

Desejamos uma excelente leitura destas contribuições para o avanço do conhecimento no campo da Educação Física Amapaense.

Meio do mundo, 21 de novembro de 2024.

Cássia Hack
Demilto Yamaguchi da Pureza
Walter Mendes da Cunha

1

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE NO AMAPÁ: dos primórdios a atualidade

Cássia Hack (UNIFAP - CBCE/AP)¹

Demilto Yamaguchi da Pureza (UNIFAP – CBCE/AP)²

Walter Mendes da Cunha (SESC/AP – CBCE/AP)³

Apresentação

O objetivo deste texto é elaborar um registro histórico do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no Estado do Amapá, denominada de Secretaria Estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Amapá (CBCE/AP) uma entidade científica de relevância no âmbito do campo acadêmico e profissional da Educação Física e suas relações.

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória, descritiva, do tipo documental retrospectiva, por meio da análise de documentos físicos e digitais dos anos de 1991 a 2024 do CBCE/AP e está organizada em três (03) seções, 1) elementos acerca do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte enquanto entidade

¹ Graduada, Especialista e Mestre em Educação Física, Doutora em Educação. Professora na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), associada ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, vinculada à Secretaria Estadual no Amapá (CBCE/AP). cassia.hack@gmail.com

² Graduado e Mestre em Educação Física e Doutor em Ciências, Professor na Universidade Federal do Amapá. demilto@gmail.com.

³ Graduado em Educação Física e Especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Amapá, Professor de Educação Física no Serviço Social do Comercio (SESC/AP). prof.walter139@gmail.com.

científica; 2) O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte em suas especificidades históricas do seu desenvolvimento no Amapá; 3) Considerações finais.

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte foi fundado no dia 17 de setembro de 1978, em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo. É uma entidade científica “de duração indeterminada, sem fins lucrativos, autônoma” (CBCE, 2018)⁴ que congrega pesquisadores, pesquisadoras, professores, professoras e estudantes vinculados(as) à área acadêmica circunscrita à Educação Física/Ciências do Esporte “e suas subáreas Sociocultural, Pedagógica e Biodinâmica” (CBCE, 2018).

Tem como objetivos listados em seu Estatuto (CBCE, 2018): (a) promover e incrementar os estudos e pesquisas relacionadas à área acadêmica Educação Física/Ciências do Esporte; (b) manter intercâmbio com entidades nacionais e internacionais com interesses em áreas afins e de caráter similar; (c) veicular o conhecimento produzido na área da Educação Física/Ciências do Esporte por meio da publicação de periódicos, da promoção de reuniões científicas e outras iniciativas de distintas ordens ordenadas pelas dimensões científica, política, cultural, técnica, dentre outras, em que o contexto social exija a sua participação; (d) posicionar-se em questões de Políticas referentes às áreas com as quais guarda relação de estudo e produção de conhecimento.

Tem como principais ações representar a Comunidade Acadêmica em diversos órgãos; realizar o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), o Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE), os Congressos Regionais entre outros eventos científicos; participar em programação específica nas Reuniões Anuais da SBPC; editar a Revista Brasileira de

⁴ Disponível em <https://www.cbce.org.br/estatuto/>

Ciências do Esporte (RBCE) e o Caderno de Formação da RBCE entre outras publicações.

A entidade organiza bianualmente em anos ímpares o CONBRACE desde 1979 e desde 2003 ampliou o evento internacionalmente com o CONICE. Atualmente as edições realizadas são XXIII CONBRACE e X CONICE, tendo as próximas edições a serem organizadas em São Paulo no ano de 2025.

No ano de 2007 houve uma experiência de mostra de vídeo no CONBRACE/CONICE daquele ano, que foi o gérmen para a criação e organização da Sala de Imagem (SIM) desde o ano de 2009, inicialmente, como proposta do GTT 2 Comunicação e Mídia que foi, posteriormente, assumida no âmbito da organização geral do maior evento da entidade – CONBRACE/CONICE. Ela acolhe os trabalhos nos formatos de vídeo, fotografia e inventos-visuais (desenhos, caricaturas, tirinhas, charges, Histórias em Quadrinhos [HQs], fotomontagem, colagens e/ou memes), esta última modalidade desde 2023. A SIM se caracteriza por ser um espaço de divulgação científica produzida em outras linguagens. Além disso, as Secretarias Estaduais/Distritais organizam na forma regional eventos bianualmente em anos pares.

De eventos regionais, no caso específico da região Norte trata-se do Congresso Norte Brasileiro de Ciências do Esporte (CONCENO) organizado desde o ano de 2006 no Amapá com posterior rodízio entre as Secretarias do Norte Brasileiro.

O Colégio se organiza nas seguintes instâncias: (a) a Assembleia Geral; (b) a Diretoria Nacional (DN)⁵; (c) as Secretarias Estaduais/Distrital⁶ e, (d) os Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs)⁷. O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte é associado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁸ e está

⁵ Disponível em <https://www.cbce.org.br/diretoria/>

⁶ Disponível em <https://www.cbce.org.br/secretarias/>

⁷ Disponível em <https://www.cbce.org.br/gtts/>

⁸ Disponível em <https://portal.sbpcnet.org.br/>

presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento circunscritas à Educação Física/Ciências do Esporte.

Do ponto de vista organizativo o CBCE possui instâncias dirigidas por um Comitê Científico formado por pesquisadores e pesquisadoras com titulação mínima de mestres, dentre os quais um(a), necessariamente doutor(a), é eleito como coordenador(a), os Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs), estão organizados da seguinte forma: 1 - Saúde, 2 - Comunicação e Mídia, 3 - Corpo e Cultura, 4 - Epistemologia, 5 - Escola, 6 - Formação Profissional e Mundo do Trabalho, 7 - Gênero, 8 - Inclusão e Diferença, 9 - Lazer e Sociedade, 10 - Memórias da Educação Física e Esporte, 11 - Movimentos Sociais, 12 - Políticas Públicas, 13 - Relações Étnico-Raciais e 14 - Treinamento Esportivo.

A RBCE⁹ teve o seu volume 1 número 1 publicado em 1979 pelo CBCE com objetivo de contribuir com a tarefa de divulgar e intervir na produção de conhecimento em Educação Física/Ciências do Esporte. É um periódico científico brasileiro tradicional e de relevância para o campo da Educação Física/Ciências do Esporte, disponível no formato de acesso livre e no *Scielo* desde 2010.

Com o objetivo de compartilhar estudos, análises, propostas, comentários, relatos, práticas, atividades e reflexões desenvolvidas em escolas e demais instituições, em 2009, foram lançados os “Cadernos de Formação da RBCE”¹⁰, durante a realização do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, editada de forma semestral e oportuniza acesso livre ao conteúdo dos manuscritos.

⁹ Disponível em <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/index> e <https://www.scielo.br/j/rbce/>

¹⁰ Disponível em <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos>

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Amapá

A organização do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Estado Amapá teve seu início a partir do ano de 1991 através do professor Antonino Cezar Leite Lobato, primeiro associado da entidade no Estado. De acordo com o referido professor¹¹ o 5º Congresso Brasileiro das Associações dos Professores de Educação Física (APEFs) que aconteceu em 1990 na cidade Belém/Pará, foi o marco inicial para a organização do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Estado do Amapá. Neste referido evento o professor Antonino, através do professor Pedro Paulo Manescky, vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA), teve contato com a professora Celi Taffarel e os professores Lino Castellani Filho, Jocimar Daolio, Apolônio Abadio, dentre outros, que discutiram a possibilidade de uma representação do Colégio no Estado do Amapá. A partir de então, em 1991 o professor Antonino juntamente com os primeiros associados(as) passou a representar o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Estado do Amapá.

Em 2005 a professora Ana Marcia Silva, presidente do Colégio à época, com o intuito de interiorizar a entidade e principalmente fazer chegar esta proposta até aos Estados da região Norte do Brasil, convidou o professor Avaro Adolfo Duarte Alberto para fazer parte da Comissão Provisória do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Estado do Amapá (CBCE/AP). A partir de então, foi nomeada a Comissão Provisória do CBCE/AP composta pelo professor Álvaro Adolfo Duarte Alberto, professor Rinaldo Oliveira do Nascimento e professora Marli Rodrigues Gibson (*in memoriam*). Esta Comissão permaneceu até 2009 na gestão da entidade no Estado. De 2009 a 2011 a Comissão Provisória do CBCE/AP foi composta pelos professores Álvaro Adolfo Duarte Alberto (Secretário Estadual), Antonino Cezar Leite Lobato

¹¹ Conforme relato histórico do Professor Álvaro Adolfo Duarte Alberto.

(Secretário Adjunto) e Rinaldo Oliveira do Nascimento (Tesoureiro)¹².

Um relatório de Comissão Provisória do CBCE/AP registrado como da Gestão 2005-2010 apontam a seguinte composição: Álvaro Adolfo Duarte Alberto (Secretário Estadual), Antonino Cezar Leite Lobato (Secretário Adjunto) e Maria do Socorro dos Santos Mendonça (Secretária Adjunta).

Em 2011, a Professora Maria do Socorro dos Santos Mendonça passou a gestão para uma Comissão Provisória que atuou de 2011 a 2012, composta pela Professora Cássia Hack (Presidente) e os estudantes de Educação Física na Universidade Federal do Amapá: Valdomiro Alexandre Pereira (Secretário Adjunto) e Francisco Kledison Sousa da Silva (Secretário Adjunto)¹³. Seguindo como Comissão Provisória a gestão 2012-2013 contou com a contribuição das Professoras Cássia Hack (Secretária Estadual), Karem Barreto Farias (Secretária Adjunta) e Marcia Kelly Fonseca da Costa (Tesoureira)¹⁴. Em 2013 ocorreu a primeira eleição constituindo gestão no formato de Secretaria Estadual com as Professoras Karem Barreto Farias (Secretária) e Marcia Kelly Fonseca da Costa (Tesoureira) e os Professores Carlos Wagner Ferreira Farias (Coordenador de Relações Interinstitucionais), Danylo José Simões Costa (Coordenador de Comunicação e Mídia) e Paulo Magalhães Monard Nascimento (Coordenador de Formação e GTTs).

Durante os anos de 2014-2018 não tivemos atuação de Secretaria Estadual ou Comissão Provisória organizada, contudo, em 2019 foi constituída novamente uma Comissão Provisória para retomar as atividades do Colégio no Amapá, esta gestão contou com a Professora Cássia Hack (Secretária Estadual) e os professores

¹² Conforme relato histórico do Professor Álvaro Adolfo Duarte Alberto. Há um relato da gestão 2005-2010 que aponta os professores Álvaro, Antonino e Rinaldo compondo a Comissão Provisória neste período. Neste sentido, não há registro de quando a profa. Marli ausentou-se e o prof. Rinaldo assumiu.

¹³ Portaria n. 006/2011/CBCE-DN datada de 19 de setembro de 2011.

¹⁴ Portaria n. 004/2012/CBCE-DN datada de 27 de março de 2012 reconduzida com a Portaria n. 002/2013/CBCE-DN datada de 08 de abril de 2013.

Álvaro Adolfo Duarte Alberto (Secretário Adjunto) e Carlos Wagner Ferreira Farias (Tesoureiro)¹⁵. Em 2020 assume a gestão “Resistência e Unidade na luta pela vida” na Secretaria Estadual com as Professoras Cássia Hack (Secretária Estadual) e Karem Barreto Farias (Secretária Adjunta) e o Professor Demilto Yamaguchi da Pureza (Tesoureiro)¹⁶. A atual gestão 2022-2024 “Resistência e Unidade na luta pela vida continua” está composta pela Professora Cássia Hack (Secretária Estadual) e os Professores Walter Mendes da Cunha (Secretário Adjunto) e Demilto Yamaguchi da Pureza (Tesoureiro)¹⁷.

Quanto as atividades realizadas listamos a seguir eventos organizados e apoiados pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no Amapá.

O CBCE/AP organizou três (03) dos oito (08) eventos regionais já realizados no Norte brasileiro. No ano de 2006, de 20 a 23 de setembro, em Macapá no Amapá, realizou-se o I CONCENO intitulado I Congresso de Ciências do Esporte da Região Norte “Educação Física, Esporte-espetáculo e Televisão: A Amazônia vai à copa!” em ação coletiva entre as Comissões Provisórias do CBCE nos estados do Pará e Amapá, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), disponibilizamos o Manifesto do evento (ANEXO 1). O IV CONCENO aconteceu na cidade de Macapá/Amapá, organizado em parceria pelas Secretarias Estaduais do CBCE no Amapá (CBCE/AP) e no Pará (CBCE/PA), bem como pelo Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2012, com a temática “*A preguiça da Educação Física no meio do mundo, discursos sobre saúde e formação*”, incluímos aqui a Carta do evento (APÊNDICE A). Em 2020 a responsabilidade para a realização do VIII CONCENO era

¹⁵ Portaria n. 05/2019 de 21 de outubro de 2019.

¹⁶ Portaria n. 08/2020 de 29 de outubro de 2020.

¹⁷ Portaria n. 11/2022 de 07 de outubro de 2022.

do CBCE/AP, contudo, em virtude da pandemia, o mesmo foi adiado vindo a ocorrer entre os dias 21 a 24 de setembro de 2022, na cidade de Macapá/Amapá, cabendo à Secretaria do Estado do Amapá do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e o Núcleo de Eventos do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá, realizar o I Seminário Nacional de Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde da/na Amazônia, VIII Congresso Norte Brasileiro de Ciências do Esporte e o VIII Congresso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá com a temática “Educação Física no Meio do Mundo: realidade, contradições e possibilidades na formação, produção do conhecimento e campos de atuação”, a Carta do evento pode ser lido neste texto (APÊNDICE B).

Vários eventos realizados pelas Gestões em Comissão Provisória ou Secretaria Estadual do CBCE/AP objetivaram fortalecer o vínculo com os(as) associados(as) efetivos e não efetivos; divulgar a campanha de associação e ampliar o quantitativo de filiados(as) entre a comunidade Amapaense da Educação Física/Ciências do Esporte. Listamos a seguir atividades realizadas em parceria e apoio da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), o Fórum do Norte da Educação Física Brasileira, o Laboratório de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer no meio do mundo (LEPEL Amapá), o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR Núcleo Macapá), o Núcleo de Eventos (NEve) do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá.

Em outubro de 2005 foi realizado o I Seminário de Estudos do Lazer promovido pelo Centro de Educação Profissional do Estado do Amapá e CBCE/AP.

Houve participação nas discussões e implantação das Diretrizes Curriculares para a Educação Física no Ensino Fundamental e Médio da Secretaria de Estado da Educação do Amapá, ocorridas em outubro de 2005, e nos anos de 2006 e 2007.

Participação nas discussões das etapas municipais, estadual e nacional da II Conferência Nacional do Esporte realizada em maio de 2006 em Brasília/Distrito Federal.

Parceria na realização da I Semana Acadêmica do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá, realizada em março de 2007.

Divulgação e participação das etapas municipais e estadual da III Conferência Nacional do Esporte realizada em junho de 2010 em Brasília-DF.

Parceria na realização da II Semana Acadêmica do curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá, realizada em março de 2008.

A Comissão provisória bem como parte do conjunto de associados/as participou do I Congresso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá em dezembro de 2011.

A Comissão provisória foi parceira, em junho de 2012, da organização do “Ciclo de Palestras acerca das relações entre Antropologia e Educação Física” realizado pelo Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá.

Em julho de 2012, representante da Comissão Provisória do CBCE/AP, participou das reuniões institucionais do CBCE ocorridas em São Luiz na reunião anual da SBPC.

Em parceria com alguns docentes do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Federal do Amapá, gestou-se um projeto de extensão no ano de 2012 para discutir a regulamentação da profissão em Educação Física, tendo sido realizadas reuniões de estudo, a organização do trabalho e uma mesa de discussão acerca da temática com a presença da Profa. Celi Taffarel.

Em parceria com o Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá, organizou-se o III Congresso de Educação Física da UNIFAP e I Encontro Amapaense de Ciências do Esporte no mês de dezembro de 2013.

Em 18 de outubro de 2021 realizamos a mesa virtual intitulada “A Formação de Professores de Educação Física: entidades científicas e movimentos sociais” com a Professora Márcia

Morschbacher da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Professor Thiago Barreto Maciel da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Em 29 de janeiro de 2022 realizamos a mesa virtual intitulada “Formação científica dos/as Professores de Educação Física: realidade e possibilidade” com a Professora Márcia Morschbacher da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Em 12 de fevereiro de 2022 realizamos a mesa virtual “Aproximação aos campos de formação e atuação em Educação Física: entidades científicas, movimentos sociais populares, trajetórias” com a Professora Celi Taffarel da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em 09 de novembro de 2022 realizamos, presencialmente, na Universidade Federal do Amapá com apoio a Palestra intitulada “O tema da saúde na Educação Física Escolar: formação e prática pedagógica” com professor Victor José Machado de Oliveira da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) associado ao CBCE/AM.

Realizamos em 14 de novembro de 2023 uma Mesa virtual intitulada “Formação de Professores e Professoras de Educação Física nas Amazonas”¹⁸ com a professora Maria da Conceição dos Santos Costa da Universidade Federal do Pará (UFPA) *Campus* Belém. Esta atividade contou com apoio do Laboratório de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer no meio do mundo (LEPEL Amapá), o Fórum do Norte da Educação Física Brasileira, o Núcleo de Eventos (NEve) do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá.

Apoiamos a realização de uma mesa virtual com a Palestra intitulada “Cultura Corporal e Matrizes Africanas”¹⁹ proferida pela Professora Josiane Clímaco em 15 de dezembro de 2023, organizada pela disciplina EF0160 Prática Pedagógica VIII do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

¹⁸ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=EmDsF0beY_s&t=331s

¹⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PkeZqnMtycw>

com o apoio do Fórum do Norte da Educação Física Brasileira, do Laboratório de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer no meio do mundo (LEPEL Amapá), do Núcleo de Eventos do Curso de Educação Física da UNIFAP, do PIBID UNIFAP Educação Física, da Secretaria Estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no Amapá.

O CBCE/AP também foi parceiro protagonista da pesquisa sobre Epistemologia da Educação Física no Norte do Brasil, vinculado a Universidade de Campinas (UNICAMP) sob coordenação do Professor Silvio Ancisar Sanchez Gamboa (*in memoriam*).

Durante o longo de sua existência as diferentes gestões do CBCE/AP realizaram reuniões presenciais e virtuais de trabalho, reuniões gerais, reuniões ampliadas com associados(as) bem como aconteceram várias discussões, consultas, deliberações e encaminhamentos via mensagens eletrônicas tendo em vista a praticidade de tal expediente além dos encontros informais em que se tomavam decisões para os encaminhamentos cotidianos da entidade. Para além de participar de atividades, comissões, eventos e reuniões de trabalho chamadas pela Diretoria Nacional do CBCE e Diretoria das Secretarias Estaduais/Distrital. Além da participação nos eventos regionais, nacional e internacional organizado pelas Secretarias Estaduais/Distrital e DN.

Registramos as representações do CBCE/AP nas Comissões Nacionais do CBCE, a partir do ano de 2022, conforme solicitação da DN: 1) Comissão da Regulamentação da Profissão [Cássia Hack]; 2) Comissão Nacional de Memória [Demilto Yamaguchi da Pureza]; 3) Comissão Memória local [Álvaro Adolfo Duarte Alberto]; Comissão para elaboração das Normas CONBRACE/CONICE 2023 [Layana Ribeiro]; Comissão para o debate das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física [Cássia Hack].

Em 2020 produzimos com alguns coletivos locais um Manifesto acerca do apagão enérgico ocorrido no Amapá (APÊNDICE C), época em que ficamos quase um mês sem energia elétrica e todos os

problemas daí decorrente (falta de internet, água, encarecimento de todos os produtos alimentícios, combustíveis, etc.).

Considerações

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte foi fundamental para a expansão e fortalecimento da Educação Física no Estado do Amapá. A organização tem promovido pesquisa, estudos e eventos desde sua fundação, e contribuiu significativamente para o avanço da área. O CBCE/AP passou por várias gestões e comissões provisórias, contudo seu objetivo sempre foi qualificar suas atividades e atrair mais professores, professoras e estudantes de Educação Física para a produção e divulgação científica, bem como para o debate das questões emergentes do campo.

O CBCE participou de importantes eventos regionais no Amapá, como os Congressos Norte Brasileiro de Ciências do Esporte e trabalhou junto em Semanas Acadêmicas e Etapas das Conferências Nacionais de Esporte. Além de fortalecer a comunidade local de Educação Física, essas iniciativas ajudaram a compartilhar o conhecimento com outras partes do Brasil.

Além dos eventos, o CBCE/AP aglutinou parcerias em projetos de pesquisas, coletivos e participou ativamente na promoção de debates sobre a regulamentação da profissão, na busca por uma formação crítica dos professores e professoras de Educação Física no Estado. A entidade também se destacou por sua capacidade de se adaptar e continuar operando durante períodos difíceis, como o apagão energético de 2020, e na pandemia se utilizando de recursos tecnológicos em reuniões virtuais e outros métodos de comunicação.

Por fim, a história do CBCE no Amapá é marcada por um esforço contínuo para melhorar e valorizar a Educação Física e demonstrar um compromisso constante com a Educação e o desenvolvimento profissional na região Norte. As gestões ao longo dos anos mostraram que as pessoas trabalham juntas para superar os obstáculos e desenvolver a Educação Física/Ciências do Esporte. Neste sentido, apontamos a importância do CBCE como uma organização científica

no Amapá e registramos neste texto o esforço empreendido para que a entidade continue desenvolvendo o seu papel.

Referências

CBCE. Estatuto do CBCE, 2018. Disponível em <https://www.cbce.org.br/estatuto/>

CBCE/AP. Relatório de Gestão 2005-2010.

CBCE/AP. Relatório de Gestão 2008-2009.

CBCE/AP. Relatório de Gestão 2010-2011.

CBCE/AP. Relatório de Gestão 2012-2013.

CBCE/AP. Relatório de Gestão 2013-2015.

CBCE/AP. Relatório de Gestão 2020-2022.

ANEXO 1 – Carta do I CONCENO (2006)

I Congresso de Ciências do Esporte do Norte – I CONCENO

MANIFESTO DO NORTE

O I Congresso de Ciências do Esporte do Norte – I CONCENO se traduz pelo movimento dos que buscam a mudança. Esse movimento é feito de práticas que emergem da intervenção na realidade em diálogo com a construção dos saberes, os saberes da prática e os sistematizados historicamente. Essa construção é feita pelas mãos dos mais experientes, vêm da memória e da história do fazer acadêmico-científico na área. Mas vem também pela atitude instigante e irreverente dos novos, quando se tem o descontentamento contente, no sentido inverso do que nos disse Vinicius de Moraes, porque fazemos da insatisfação com a condição de vida na Amazônia, a busca prazerosa por novos caminhos e outras possibilidades.

O I CONCENO, que reuniu 283 congressistas. É o caminho que se abre como possibilidade, nascida da política nacional do CBCE desde a primeira gestão de Ana Márcia Silva, para a sistematização do conhecimento na área. Naquela altura, o CBCE-DN já praticava a mobilização nacional, no sentido de ampliar o número de associados e envolver os professores/pesquisadores e os acadêmicos-pesquisadores em campanhas de adesão junto ao colégio, fortalecendo a produção acadêmico-científica, ação política reafirmada nessa gestão, sob a presidência de Fernando Mascarenhas.

Nos anais, é possível visualizar a prática interventiva e produtiva, de um conhecimento latente e carente de socialização. O documento organiza trabalhos, entre Comunicação Oral e Pôsteres. Dos 13 GTTs, 09 estiveram representados: de Atividade Física e Saúde (02); Corpo e Cultura (02); Escola (03); Formação de Professores e Mundo do Trabalho (09); Memórias da Ed. Física e Esportes (02); Movimentos Sociais (01); Políticas Públicas (04); Recreação e Lazer (01) e Rendimento de Alto Nível (01). A programação contou com seminários sobre as temáticas Esporte Espetáculo (83 participantes); Ed. Física Escolar (78 participantes) e Manifestações Corporais na Amazônia (88 participantes), totalizando 249 congressistas que frequentaram essas atividades. Esses números expressam nosso potencial na produção de conhecimento e capacidade de organização. Com o recorte do universo amazônico, correlacionando o singular com o universal, o que contribui efetivamente para a formação de massa crítica na área da Educação Física e dos Esportes.

Os temas abordados trataram desde o povo das florestas, identificando os quilombolas e deslizando nas margens dos ribeirinhos. A urbanidade também esteve expressa nas idiossincrasias próprias da vida na cidade. Perpassaram pela Ed. Física Escolar, Educação Inclusiva e discorreram pelo princípio do trabalho como educação.

A partir dos encaminhamentos da reunião institucional na 58ª Reunião Anual da SBPC, ocorrida em julho de 2006 na cidade de Florianópolis, em que foi deliberada uma comissão para reformulação do regimento Interno das Secretarias Estaduais e que tem, entre outros pontos a serem redimensionados: a redução do número mínimo de associados para instalação de uma secretaria estadual e a re-divisão político geográfica das representações regionais, temos a considerar, para reflexão e discussão pelo coletivo do CBCE;

1-Quais as políticas de incentivo ao desenvolvimento acadêmico-científico para a Região Norte, em face de suas peculiaridades;

2-Que seja considerada a proporcionalidade do número de pesquisadores com titulação e produção ativa por região para instalação de uma secretaria estadual;

3-Que a representação nas discussões de políticas regionais seja feita por um representante associado que domine e compreenda as singularidades da Região Norte.

Tais demandas foram identificadas nas discussões durante o I CONCENO. Estamos buscando outros caminhos. A região se fortalece, quando reconhece suas peculiaridades e formas de vida, num movimento que é de enfrentamento das diferenças e de conciliação dos conflitos. Reunidos em atos de mútuo reconhecimento, em ações que humanizam e que congregam essa diversidade cultural, a partir da sensibilidade da região e do compromisso dos pesquisadores locais.

Macapá, 23 de setembro de 2006.

Marta Genú Soares Aragão
Álvaro Adolfo Duarte Alberto
Carmen Lília da Cunha Faro
Allyson Carvalho de Araújo
Aníbal Correia Brito Neto
Emerson Duarte Monte
Lairson da Cunha Faro

APÊNDICE A – Carta do IV CONCENO (2012)



CARTA DO NORTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA/CIÊNCIAS DO ESPORTE NO MEIO DO MUNDO

A presente CARTA DO NORTE DA EDUCAÇÃO FÍSICA/CIÊNCIAS DO ESPORTE NO MEIO DO MUNDO é resultante das reflexões ocorridas durante o II CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ e IV CONGRESSO NORTE BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (II CEF UNIFAP e IV CONCENO/CBCE), ocorrido no período de 05 a 07 de dezembro de 2012 em Macapá/Amapá. Os eventos ocorreram em uma conjuntura internacional de aplicação de planos de austeridade nos países Europeus e de fomento a guerras locais no Oriente Médio. Ocorrem na sequência de uma das maiores greves do Movimento Docente das Instituições Federais que reivindica Carreira, Salário e Condições de Trabalho. Ocorrem no momento histórico em que se mantém no Governo de Dilma Rousseff a decisão tomada durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva de desenvolver no Brasil a política esportiva de “Potencia Olímpica”, investindo a maior parte dos recursos públicos da área do Esporte nas competições de alto rendimento, e construções de arenas esportivas e infraestrutura para os megaeventos.

O Norte do Brasil é a maior extensão territorial regional, composto por sete Estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins – caracteriza-se por sua extensão geográfica, suas bacias hídricas, suas riquezas minerais e suas florestas. É habitado por populações tradicionais povos indígenas, ribeirinhos, afrodescendentes, por migrantes e imigrantes que constituem uma população miscigenada de uma classe trabalhadora que vem sendo historicamente explorada, assim como o seu território. Como nas demais regiões do Brasil

localizam-se no Norte do país, problemas sócio-econômicos e culturais ainda não superados como o não acesso de todos à educação, esporte, ciência e tecnologia, saúde, habitação, transporte e segurança com qualidade socialmente referenciada. A universalização da educação com qualidade para todos e o acesso aos bens culturais socialmente acumulados não ocorrem em decorrência da estrutura da sociedade em classes sociais.

No que diz respeito ao ensino superior a região carece de investimentos a altura dos desafios científicos e tecnológicos de uma região em desenvolvimento e que necessita se fortalecer para manter-se soberana em relação as investidas do grande capital que mantem projetos econômicos de exploração dos/as trabalhadores/as e exploração da natureza. As universidades públicas carecem de um Plano de Expansão autônomo, que leve em consideração a necessidade do corpo docente, discente e de técnico-administrativo, a necessidade da infraestrutura e do financiamento das atividades fins da universidade, ensino-pesquisa-extensão.

No que se refere a Educação Física no ensino superior, a região Norte conta atualmente com 37 Instituições sendo 28 privadas e 9 públicas que mantem aproximadamente 56 cursos de graduação em Educação Física. As 9 Instituições públicas, mantem 34 cursos de Licenciatura, 19 de bacharelado e 03 cursos a distância. A pesquisa na região na área da Educação Física/Ciência do Esporte ainda é insipiente mesmo considerando os grandes esforços empreendidos por um corpo docente ainda reduzido, com poucos mestres e doutores considerando a grande extensão territorial e a grande demanda de investigação e de formação de pesquisadores presentes na região. Estes cursos superiores de graduação carecem de ampliação do corpo docente e de técnico-administrativo, de infraestrutura, manutenção, investimentos em pesquisa e extensão a altura dos grandes desafios da região norte.

No que diz respeito a Educação Física Escolar constatamos que faltam professores de Educação Física, infraestrutura e condições de trabalho, em todas as áreas do Norte – campo, cidade, quilombos, aldeias indígenas, regiões ribeirinhas entre outras – para assegurarem nas escolas a função social do currículo escolar que é, garantir o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade no campo da cultura corporal e, elevar a atitude científica, a capacidade teórica dos escolares em relação a cultura corporal.

Frente aos desafios regionais defendemos como princípios básicos: a universalização e democratização da Educação e da Educação Física/Ciências do Esporte de qualidade socialmente referenciada, como direito de todos e dever do Estado, o acesso ao patrimônio da cultura corporal para a elevação do padrão cultural da população, o financiamento público com aplicação dos 10% do PIB em Educação, a gestão democrática, transparente e sem corrupção dos serviços públicos, a formação de uma consistente base teórica, valorização profissional, através de um Plano de Cargos e Carreira dignos à Classe Trabalhadora, com a garantia do Piso Salarial Nacional e a defesa do tripé ensino-pesquisa-extensão, da universidade pública, laica, socialmente referenciada.

Com base nestes princípios humanizantes reivindicamos: i) ampliação do financiamento público para a pesquisa e formação de jovens pesquisadores através de recursos a serem alocados por iniciativas dos Ministérios que articulam Sistemas Nacionais como o Sistema Educacional, Esporte, Ciência e Tecnologia, Saúde e Cultura. ii) Ampliação de vagas para docentes e técnico administrativos das instituições públicas de ensino superior em número adequado para a implementação de planos de expansão projetados de acordo com a demanda regional. iii) Construção e manutenção com recursos públicos da infraestrutura necessária para o desenvolvimento científico e tecnológico na área da Educação Física/Ciências do Esporte – instalações esportivas, bibliotecas, laboratórios, salas de aula, auditórios, centro de memória – que sirva de referência popular de acesso a todos/as para democratizar as práticas corporais. iv) Ampliação e democratização das infovias, meios de telecomunicação que permitam a configuração de Redes locais, regionais, nacionais e internacionais imprescindíveis ao desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física/Ciências do Esporte. v) Implementação e desenvolvimento de formas de gestão democráticas, participativas respeitando as instâncias deliberativas que contemplem os três setores das universidades, docente, discente e técnico-administrativo, bem como, contemplem a participação da sociedade organizada nas deliberações de assuntos públicos, mantendo-se a autonomia acadêmica, financeira e de gestão da universidade.

Defendemos, portanto, a nível local e regional, do ponto de vista estratégico, o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e cultural da população do Norte, em especial na área da Educação

Física/Ciências do Esporte, a partir da não fragmentação da formação e na defesa da Formação Ampliada em Educação Física, sintonizada com a necessidade histórica de desenvolvimento da nação brasileira, com autonomia e soberania, na perspectiva da superação da sociedade de classes.

Isto implica na contribuição de cada Estado do Norte de suas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento científico e tecnológico, na formação de quadros, na ampliação da produção do conhecimento científico, na socialização deste conhecimento para a elevação do padrão cultural da população. A Educação Física/Ciências do Esporte contribuirá, assim, para o desenvolvimento regional e nacional a partir das especificidades do Norte do Brasil. Isto exige o seguinte: a nível local as instituições devem organizar as suas pautas de reivindicações locais e, com unidade entre os três setores – docente, discente e técnico- administrativo, e contando com o apoio para além da universidade, lutar para conseguir suas reivindicações. Implica em construção de Redes de Pesquisadores/as Institucionais, locais, regionais, nacionais e internacionais para fortalecer os grupos de estudo e pesquisa. Implica na elaboração e implementação de pesquisas matriciais que envolvam pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento que fazem interface com a Educação Física/Ciências do Esporte. Implica em reestruturação de cursos de graduação na linha de unificar a formação para atuação em campos de trabalho em expansão nos sistemas educacional, de saúde, de esporte e lazer e da cultura, com uma consistente base teórica. Implica em melhorar a metodologia do ensino superior. Implica na projeção de programas de formação continuada com cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que ainda não existem na região na área da Educação Física/Ciências do Esporte. Implica na articulação, inserção e integração da universidade nos setores e sistemas nos quais atuarão os/as futuros professores/as pesquisadores/as formados/as pela universidade. Implica na autonomia da universidade para decidir os rumos da formação humana omnilateral, tendo o trabalho como princípio educativo contra a ingerência de Conselhos profissionais na autonomia da universidade que desconsideram princípios constitucionais (Art. 207 da Constituição Brasileira de 1988).

Implica, por fim, na articulação nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE – para definir referências em uma nova CARTA

BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA/CIÊNCIAS DO ESPORTE, que unifique a luta dos/as professores/as, pesquisadores/as, estudantes, de todas as regiões do país – Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste – em torno dos interesses maiores da classe trabalhadora e da nação brasileira no que diz respeito a Educação Física/Ciências do Esporte.

Em defesa da vida digna, homens e mulheres participantes do II CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIFAP e IV CONGRESSO NORTE BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – (II CEF UNIFAP e IV CONCENO/CBCE).

Macapá – Amapá, 07 de dezembro de 2012.

APÊNDICE B – Carta do VIII CONCENO (2022)

CARTA DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E SAÚDE DA/NA AMAZÔNIA, VIII CONGRESSO NORTE BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (CONCENO) e VII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ “Educação Física no meio do mundo: realidade, contradições e possibilidades na formação, produção do conhecimento e campos de atuação”

Nós, participantes do I Seminário Nacional de Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde da/na Amazônia, VIII Congresso Norte Brasileiro de Ciências do Esporte (CONCENO) e VIII Congresso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá durante os dias 21 a 24 de setembro de 2022, com a temática “Educação Física no meio do mundo: realidade, contradições e possibilidades na formação, produção do conhecimento e campos de atuação” temática esta formulada tendo em vista proceder um levantamento do que temos no campo da Educação Física no norte brasileiro, como tem se organizado este panorama na realidade concreta e o que queremos partindo destes elementos.

Neste sentido, recuperamos um Manifesto e algumas das Cartas de CONCENOs passados para contribuir nestes apontamentos em tempos tão sombrios. Tempos em que a democracia está ameaçada sob o governo profascista, genocida, em que o país atravessou uma pandemia de Covid-19 com mais de 600 mil mortes de brasileiros e brasileiras; aumento inflacionário de todos os setores e necessidades para sobrevivência da classe trabalhadora; expansão da relação público-privada na educação pública, tanto na educação básica quanto na educação superior; avanço do agronegócio, desmantelamento dos serviços públicos de saúde, ataques constantes aos povos originários e tradicionais, ataques aos povos das Amazônias, ataques a dignidade das crianças, jovens, adultos e idosos da cidade e do campo, que estão enfrentando a fome, a miséria, o desemprego, o subemprego, neste contexto o capital financeiro se expande e se fortalece com transações financeiras bilionárias para poucos, e a classe que vive do trabalho agoniza com a exploração, com as condições precárias do trabalho. No campo educacional, enfrentamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (DCNs/EF), a Reforma do Ensino Médio, a Militarização das Escolas, o Ensino Doméstico, a gestão das escolas sendo realizadas por institutos, ONGs expressando a privatização da gestão escolar, esses aspectos integram o conjunto de necropolíticas, que produzem o enfraquecimento da educação pública, desvalorizando, precarizando e intensificando o trabalho docente na educação pública no Brasil.

O I Congresso de Ciências do Esporte do Norte (I CONCENO) ocorrido no ano de 2006 em Macapá/Amapá aprovou o “Manifesto do Norte” em que se concebia um “movimento dos que buscam a mudança (...) movimento de práticas que emergem da intervenção na realidade em diálogo com a construção dos saberes, os saberes da prática e os sistematizados historicamente”. Apontando que este propósito se constrói a partir das

(...) mãos dos mais experientes, vêm da memória e da história do fazer acadêmico-científico na área. Mas vem também pela atitude instigante e irreverente dos novos, quando se tem o descontentamento contente, no sentido inverso do que nos disse Vinicius de Moraes, porque fazemos da insatisfação com a condição de vida na Amazônia, a busca prazerosa por novos caminhos e outras possibilidades (CONCENO, 2006).

O III CONCENO com a “Carta no Norte da Educação Física brasileira” compartilhado pelas cidades de Belém e Castanhal no Pará no ano de 2010 apontaram três problemáticas centrais apreendidas a partir das discussões e reflexões desenvolvidas no evento acerca do norte da Educação Física brasileira “1 – as pesquisas DA e NA região Norte; 2 – uma política de publicação da nossa região e; 3 – política de formação continuada e de pós-graduação em Educação Física NA e DA Região Norte” (CONCENO, 2010).

Elementos expressos nas contradições da própria realidade em uma sociedade capitalista que implica “no descaso com a Universidade, em seu sentido mais generalizado, com o Norte em particular, e por outro lado, evidenciada pela resistência dos/as professores/as”. Constatou-se a partir das pesquisas apresentadas, as discussões e encaminhamentos os esforços daqueles/as “que insistem em resistir diuturnamente aos obstáculos da

produção e sistematização do conhecimento em nossa região – e têm por objeto os nossos desafios e as nossas necessidades (...)

A partir dessa conjuntura, a síntese mais ampliada que damos como encaminhamento a nossa Carta é a construção e organização de um Fórum Permanente, institucionalizado e orgânico, aglutinando as Universidades Amazônicas e seus/suas trabalhadores/as. Este fórum, e sua forma de organização dentro das universidades públicas da região, se torna essencial para o fortalecimento de uma política de publicação científica e de formação continuada e, sem receio de enfrentar o que nosso povo enfrenta, sem medo de aprender com esse povo, sem medo de reconhecer que uma melhor vida para este povo encontra-se em sua prática social (CONCENO, 2010).

A “Carta do Norte da Educação Física/Ciências do Esporte no meio do mundo” foi o documento redigido e aprovado no IV CONCENO realizado em Macapá/Amapá no ano de 2012.

Este documento foi contundente na denúncia de uma

(...) conjuntura internacional de aplicação de planos de austeridade nos países Europeus e de fomento a guerras locais no Oriente Médio. Ocorrem na sequência de uma das maiores greves do Movimento Docente das Instituições Federais que reivindica Carreira, Salário e Condições de Trabalho. Ocorrem no momento histórico em que se mantem no Governo de Dilma Rousseff a decisão tomada durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva de desenvolver no Brasil a política esportiva de “Potência Olímpica”, investindo a maior parte dos recursos públicos da área do Esporte nas competições de alto rendimento, e construções de arenas esportivas e infraestrutura para os megaeventos (CONCENO, 2012).

Apontava características do Norte do Brasil como a “maior extensão territorial regional, composto por sete Estados – Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins” e para além da sua extensão geográfica, as

(...) suas bacias hídricas, suas riquezas minerais e suas florestas. É habitado por populações tradicionais, povos indígenas, ribeirinhos, afrodescendentes, por migrantes e imigrantes que constituem uma população miscigenada de uma classe trabalhadora que vem sendo historicamente explorada, assim como o seu território. Como nas demais regiões do Brasil localizam-se no Norte do país, problemas sócio-econômicos e culturais ainda não superados como o não acesso de todos à educação,

esporte, ciência e tecnologia, saúde, habitação, transporte e segurança com qualidade socialmente referenciada. A universalização da educação com qualidade para todos e o acesso aos bens culturais socialmente acumulados não ocorrem em decorrência da estrutura da sociedade em classes sociais (CONCENO, 2012).

Apontava ainda algumas carências relativas ao ensino superior na região, a falta de investimentos

(...) a altura dos desafios científicos e tecnológicos de uma região em desenvolvimento e que necessita se fortalecer para manter-se soberana em relação às investidas do grande capital que mantém projetos econômicos de exploração dos/as trabalhadores/as e exploração da natureza. As universidades públicas carecem de um Plano de Expansão autônomo, que leve em consideração a necessidade do corpo docente, discente e de técnico-administrativo, a necessidade da infraestrutura e do financiamento das atividades fins da universidade, ensino-pesquisa-extensão (CONCENO, 2012).

Quanto ao campo específico da Educação Física constatou a quantidade de cursos, modalidade das ofertas no ensino superior bem como a inexistência de pós-graduação, “o corpo docente ainda reduzido, com poucos mestres e doutores considerando a grande extensão territorial e a grande demanda de investigação e de formação de pesquisadores presentes na região” e a falta de professores/as de Educação Física, além da

(...) infraestrutura e condições de trabalho na Educação básica no campo, na cidade, nos quilombos, nas aldeias indígenas, nas regiões ribeirinhas entre outras - para assegurarem nas escolas a função social do currículo escolar que é, garantir o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade no campo da cultura corporal e, elevar a atitude científica, a capacidade teórica dos escolares em relação a cultura corporal (CONCENO, 2012).

Frente a estes desafios regionais, o IV CONCENO defendeu como princípios básicos

(...) a universalização e democratização da Educação e da Educação Física/Ciências do Esporte de qualidade socialmente referenciada, como direito de todos e dever do Estado, o acesso ao patrimônio da cultura corporal para a elevação do padrão cultural da população, o financiamento público com aplicação dos 10% do PIB em Educação, a gestão democrática, transparente e sem corrupção dos serviços públicos, a formação de uma

consiste base teórica, valorização profissional, através de um Plano de Cargos e Carreira dignos à Classe Trabalhadora, com a garantia do Piso Salarial Nacional e a defesa do tripé ensino-pesquisa-extensão, da universidade pública, laica, socialmente referenciada (CONCENO, 2012).

Com base nestes princípios humanizantes, o IV CONCENO reivindicou

i) ampliação do financiamento público para a pesquisa e formação de jovens pesquisadores através de recursos a serem alocados por iniciativas dos Ministérios que articulam Sistemas Nacionais como o Sistema Educacional, Esporte, Ciência e Tecnologia, Saúde e Cultura. ii) Ampliação de vagas para docentes e técnico administrativos das instituições públicas de ensino superior em número adequado para a implementação de planos de expansão projetados de acordo com a demanda regional. iii) Construção e manutenção com recursos públicos da infraestrutura necessária para o desenvolvimento científico e tecnológico na área da Educação Física/Ciências do Esporte – instalações esportivas, bibliotecas, laboratórios, salas de aula, auditórios, centro de memória – que sirva de referência popular de acesso a todos/as para democratizar as práticas corporais. iv) Ampliação e democratização das infovias, meios de telecomunicação que permitam a configuração de Redes locais, regionais, nacionais e internacionais imprescindíveis ao desenvolvimento científico e tecnológico da Educação Física/Ciências do Esporte. v) Implementação e desenvolvimento de formas de gestão democráticas, participativas respeitando as instâncias deliberativas que contemplem os três setores das universidades, docente, discente e técnico-administrativo, bem como, contemplem a participação da sociedade organizada nas deliberações de assuntos públicos, mantendo-se a autonomia acadêmica, financeira e de gestão da universidade (CONCENO, 2012).

Defendeu, a nível local e regional, do ponto de vista estratégico, o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e cultural da população do Norte, em especial na área da Educação Física/Ciências do Esporte, a partir da não fragmentação da formação e na defesa da Formação Ampliada em Educação Física, sintonizada com a necessidade histórica de desenvolvimento da nação brasileira, com autonomia e soberania, na perspectiva da superação da sociedade de classes.

Isto implica na contribuição de cada Estado do Norte de suas instituições de ensino, pesquisa e extensão, no desenvolvimento científico e tecnológico, na

formação de quadros, na ampliação da produção do conhecimento científico, na socialização deste conhecimento para a elevação do padrão cultural da população. A Educação Física/Ciências do Esporte contribuirá, assim, para o desenvolvimento regional e nacional a partir das especificidades do Norte do Brasil. Isto exige o seguinte: a nível local as instituições devem organizar as suas pautas de reivindicações locais e, com unidade entre os três setores – docente, discente e técnico-administrativo, e contando com o apoio para além da universidade, lutar para conseguir suas reivindicações. Implica em construção de Redes de Pesquisadores/as Institucionais, locais, regionais, nacionais e internacionais para fortalecer os grupos de estudo e pesquisa. Implica na elaboração e implementação de pesquisas matriciais que envolvam pesquisadores/as de diferentes áreas do conhecimento que fazem interface com a Educação Física/Ciências do Esporte. Implica em reestruturação de cursos de graduação na linha de unificar a formação para atuação em campos de trabalho em expansão nos sistemas educacional, de saúde, de esporte e lazer e da cultura, com uma consistente base teórica. Implica em melhorar a metodologia do ensino superior. Implica na projeção de programas de formação continuada com cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que ainda não existem na região na área da Educação Física/Ciências do Esporte. Implica na articulação, inserção e integração da universidade nos setores e sistemas nos quais atuarão os/as futuros professores/as pesquisadores/as formados/as pela universidade. Implica na autonomia da universidade para decidir os rumos da formação humana omnilateral, tendo o trabalho como princípio educativo contra a ingerência de Conselhos profissionais na autonomia da universidade que desconsideram princípios constitucionais (Art. 207 da Constituição Brasileira de 1988) (CONCENO, 2012).

Apontou como consequência a implicação, por fim, na articulação nacional do CBCE

(...) para definir referências em uma nova CARTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA/CIÊNCIAS DO ESPORTE, que unifique a luta dos/as professores/as, pesquisadores/as, estudantes, de todas as regiões do país – Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste – em torno dos interesses maiores da classe trabalhadora e da nação brasileira no que diz respeito à Educação Física/Ciências do Esporte (CONCENO, 2012).

A “Carta do VII CONCENO” foi elaborada e proclamada por participantes do evento ocorrido em Palmas no Tocantins no ano de 2018

(...) objetivando expressar a preocupação com a atual conjuntura e propor modos de resistência para enfrentar as diferentes e perigosas situações consequentes deste contexto. Diante desse panorama, estamos considerando o avanço da ideologia neoconservadora no Brasil, representado por iniciativas como: os ataques e cerceamentos que a Escola e a Universidade Pública vêm sofrendo; a indicação da fusão de vários Ministérios; o fortalecimento da racionalidade técnico-burocrática em detrimento da criticidade; a expansão da relação público-privada nos campos da formação e do trabalho; a implantação da nova lei de terceirização do trabalho (n. 13.429/2017) e as propostas que atacam os direitos dos(as) trabalhadores(as) com a reforma da previdência. Contribuindo também para este avanço temos: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - que preconiza a homogeneização do currículo para a educação básica, bem como o controle político-ideológico do conhecimento, viabilizando a avaliação em larga escala na medida em que desconsidera as diferenças sociais, econômicas e culturais do país e a reforma do Ensino Médio - que desqualifica a formação final na educação básica da Classe Trabalhadora, relocando e ou retirando parte do conhecimento necessário ao desenvolvimento humano crítico e democrático (CONCENO, 2018).

A compreensão de que a Educação Pública Brasileira se encontrava sob forte ameaça inclusive pelos cortes previstos pela Emenda Constitucional 95, a indicação de impossibilidade do cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), ampliando as consequências nefastas destes problemas no âmbito da região Norte em que “ainda existe um enorme contingente da população em idade escolar sem acesso à educação básica e superior”.

O Coletivo fez uma defesa contundente acerca da compreensão do campo da Educação Física e cobrou posicionamento da Direção Nacional do CBCE.

Considerando a defesa do direito ao trabalho do(a) Professor(a) de Educação Física nos campos escolares e não-escolares, a partir da formação ampliada - cuja intervenção profissional está qualificada para o mundo do trabalho por meio do exercício de atividades profissionais em diversos ambientes educativos nos diferentes campos de atuação no âmbito da Educação Física, e tem como base a atividade docente expressa na ação pedagógica, esta, mediada pelo objeto da própria Educação Física – a Cultura Corporal (desenvolvida e manifesta pelas práticas corporais, esportivas, de lazer, gímnicas, de lutas, de danças, de jogos) assim como por aquelas voltadas às atividades físicas, nos campos de trabalho dos espaços escolares e não-

escolares – é urgente e necessário um posicionamento da Direção Nacional (DN) do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte mediante o parecer nº 584/2018 homologado no Conselho Nacional de Educação (CNE) que preconiza a fragmentação da formação em Educação Física, expropriando o direito ao trabalho dos(as) estudantes aos campos não-escolares (CONCENO, 2018).

Outro apontamento crítico foi em relação ao que

(...) vem sendo orquestrado pelo conselho regional/federal de Educação Física (CREF/CONFED) por meio das interferências diversas na formação inicial em Educação Física; dentre as quais a regulação e impedimento do acesso dos estudantes da licenciatura, ao estágio curricular e não-obrigatório nos espaços não-escolares (academias, clubes, clínicas, dentre outros), repudiamos tal atitude, pois se configura como desvio de finalidade deste Conselho, o qual não defende a Classe Trabalhadora: os(as) professores(as) de Educação Física, que vivem do trabalho (CONCENO, 2018).

Outro conjunto de críticas foi no sentido de

(...) denunciar e nos contrapor a todas e quaisquer formas adotados para coibir, reprimir e limitar as diferentes posições ideológicas, discussões, debates e manifestações empreendidas por docentes e estudantes que visem a análise crítica acerca da realidade brasileira e mundial. Somos, assim, contrários ao Projeto de Lei Escola Sem Partido, por considerá-lo como um mecanismo repressivo ao direito fundamental de docentes, previsto nos art. 205 e 206 da Constituição Federal, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Não coadunamos com quaisquer perspectivas que visem a redução dos direitos democráticos, dos direitos sociais, políticos e civis dos homens e mulheres, comunidades LGBTI+, populações tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo e da cidade. Repudiamos ações e manifestações discriminatórias que incitam a intolerância religiosa e política. Enfatizamos a defesa da perspectiva da ciência comprometida com os processos de transformação social com vistas à construção de uma sociedade livre, igualitária e fraterna. Repudiamos as medidas tomadas pela EC 95, pela Reforma Trabalhista, pela Reforma Previdenciária e pela Reforma do Ensino Médio, as quais consolidam a retirada de direitos sociais, tais como os de Assistência Social, de Educação, de Saúde, dos direitos trabalhistas e que atacam a Educação plena com caráter, prioritariamente, presencial e com respeito à valorização de Professores(as) (CONCENO, 2018).

Neste sentido, a Carta do VII CONCENO reivindicava a

(...) retomada e a garantia do financiamento público para a Educação Pública, que possibilite a universalização do acesso, a permanência e a conclusão com sucesso da Educação Básica e Superior a todos(as) sem discriminação de gênero, etnia, raça, orientação sexual e classe social, com vistas também ao acesso das pessoas com deficiência. Reiteramos a defesa da Educação Pública como direito social, gratuita, laica e socialmente referenciada que vise o desenvolvimento pleno dos sujeitos em uma perspectiva crítica e emancipatória. Em defesa da vida digna aos homens e mulheres, comunidades LGBTI+, pessoas com deficiências, populações tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo e da cidade e pelo seu pleno desenvolvimento, pelo fortalecimento da democracia, pela defesa de cátedra e pelo direito ao trabalho!!! (CONCENO, 2018).

Lamentavelmente dos apontamentos feitos em todas estas edições do CONCENO constatamos o aprofundamento da crise do capital que estrangula ainda mais as condições objetivas da vida neste planeta, que dificulta ainda mais a sobrevivência da Universidade e da Escola Públicas com a dignidade necessária, contudo, constatamos que houve desenvolvimento qualitativo no campo da Educação Física.

O Fórum referenciado como encaminhamento do III CONCENO foi criado no ano de 2014 em evento regional no âmbito da Universidade Federal do Amapá, chamado de Fórum do Norte da Educação Física Brasileira²⁰ que vem se mantendo tímido ainda pelas condições materiais da realidade concreta, necessitando de uma Coordenação acolhida pelos pares para o fortalecimento do trabalho já desenvolvido e da necessidade de aglutinamento de pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, bem como os e as estudantes no campo de formação da Educação Física.

Alguns programas de pós-graduação na área 21 estão sendo desenvolvidos na região, infimamente, contudo, saímos do zero. Grupos de pesquisa e em rede tem se fortalecido. Aumentamos um pouco o quantitativo de professores mestres e doutores e professoras mestras e doutoras.

²⁰ Contate o Fórum pelo endereço eletrônico forumdonortedaefbras@gmail.com e participe.

Não temos registro e ainda não conseguimos recuperar nota, manifesto e ou carta do V CONCENO, já do II e VI CONCENOs sabemos que não foi produzido. Assim, fica a tarefa para o coletivo.

Neste VIII CONCENO reafirmamos a defesa radical da democracia e dos processos democráticos nas instituições, coletivos, entidades científicas e demais espaços formativos; defesa da ciência, da tecnologia, da Universidade e da Escola públicas, dos investimentos públicos oriundos do Estado para o acesso e condições de permanência com qualidade da educação, saúde, transporte, lazer, cultura, saneamento básico, assistência social, previdência pública, e demais serviços e direitos que a classe trabalhadora tem.

Reafirmamos a defesa radical da valorização da ciência como patrimônio da humanidade, que todos e todas tenham acesso a ela e vivam com dignidade as produções oriundas da ciência. Reafirmamos a defesa radical do CBCE enquanto entidade científica da Educação Física e Ciências do Esporte e a socialização das práticas corporais, da produção e socialização do conhecimento em nosso campo e que possamos pautar as lutas da classe trabalhadora e a defesa da soberania popular no Brasil e todos os territórios da cidade e do campo.

Repudiamos veemente as (atuais) Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Educação Física instituídas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior (CNE/CES) nº 06/2018. As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais dos curso de Educação Física reafirmam a fragmentação da formação em licenciatura e bacharelado no campo da Educação Física, responsabiliza o indivíduo em escolher a habilitação que deseja formar sob uma lógica pragmática, reducionista, com rebaixamento da formação, esvaziamento teórico do objeto de estudo da Educação Física, negando o debate crítico, técnico, cultural, social e político sobre os processos de trabalho e formação em educação a partir de uma perspectiva emancipadora e omnilateral.

É importante ratificar a defesa da formação unificada-integrada em Educação Física para a classe trabalhadora; o reconhecimento do trabalho pedagógico em Educação Física nos espaços escolares e não-escolares, com condições dignas, valorização na carreira dos professores e professoras; a socialização das práticas corporais construídas historicamente pela humanidade naqueles espaços, afirmando que a ação pedagógica perfaz a base da formação acadêmica e do trabalho em todos os campos de intervenção da ação da Educação Física.

A formação em Educação Física deve ser um curso único e por isso a luta deve ser permanente e constante pela formação unificada-integrada possibilitando o acesso ao conhecimento científico, cultural, social e político para a formação de sujeitos históricos a fim de construir outra sociabilidade com dignidade em todas as áreas da vida para a classe trabalhadora.

Repudiamos também a Resolução CNE/CP nº 02/2019 - a BNC-Formação - por se assentar em princípios neoliberais para a formação de professores e professoras no Brasil, sob a lógica das competências e habilidades para adaptação do sujeito ao modo de produção capitalista, esvaziando teoricamente de criticidade os currículos em decorrência do contexto pós-moderno, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular que representa um currículo homogêneo, pragmático, sem dialogar com a sociobiodiversidade da classe trabalhadora brasileira.

Somos contra a articulação política do sistema CONFEF/CREF's que por meio do Projeto de Lei nº 2486/2021 re-regulamenta a profissão de Educação Física aprovada na Lei nº 14.386/2022. O ato vicioso da criação do conselho profissional é alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 3428/2005-DF). Este mesmo conselho homenageou o atual presidente da república, formado em Educação Física na Escola Superior do Exército, com o "Discóbolo de Ouro", provavelmente, com interesses de manter a fiscalização da intervenção profissional, inclusive de professores e professoras do campo escolar/da educação formal em quaisquer níveis, os quais são de responsabilidade do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Reafirmamos ainda que a região se fortalece, quando reconhece suas peculiaridades e formas de vida, num movimento que é de enfrentamento das diferenças e de conciliação dos conflitos. Reunidos em atos de mútuo reconhecimento, em ações que humanizam e que congregam essa diversidade cultural, a partir da sensibilidade da região e do compromisso dos pesquisadores e pesquisadoras locais (CONCENO, 2006).

Em defesa da autodeterminação deste povo e daqueles que formam seus trabalhadores e trabalhadoras e seus pesquisadores e pesquisadoras! (CONCENO, 2010). Em defesa da vida digna aos homens e mulheres, comunidades LGBTQIAPN+, pessoas com deficiências, populações tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo e da cidade e pelo seu pleno desenvolvimento, pelo fortalecimento da democracia, pela defesa de cátedra e pelo direito ao trabalho!!! (CONCENO, 2018).

Vida longa ao Seminário Nacional de Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde da/na Amazônia! Vida longa ao CONCENO! Vida longa ao Congresso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá.

Assinam esta Carta estudantes, professores/as e pesquisadores/as participantes neste I Seminário Nacional de Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde da/na Amazônia; VIII Congresso Norte Brasileiro de Ciências do Esporte e VIII Congresso de Educação Física da Universidade Federal do Amapá.

Equinócio da Primavera, setembro de 2022.

Referências

CBCE Norte. Manifesto do Norte. Macapá/Amapá, I CONCENO, 2006. Disponível em <http://listas.cev.org.br/cevcbce/2006-September/001484.html> Acessado em 05/12/12.

CBCE Norte. Carta do Norte da Educação Física brasileira. Belém/Castanhal/Pará, III CONCENO, 2010.

CBCE Norte. Carta do Norte da Educação Física/Ciências do Esporte no meio do mundo. Macapá/Amapá, IV CONCENO, 2012.

CBCE Norte. Carta do VII CONCENO. Palmas/Tocantins, VII CONCENO, 2018.



APÊNDICE C – MANIFESTO COLETIVO (2020)

MANIFESTO COLETIVO: O APAGÃO DO AMAPÁ

Às 20h47min do dia 03 de novembro de 2020, ano pandêmico, em meio a um temporal, a principal subestação de energia incendiou e deixou praticamente todo o estado do Amapá em um apagão. Em consequência da falta de energia elétrica, a população ficou sem os serviços de telecomunicações e sem água encanada, além da perda de alimentos, que ficaram estragados. Muitas famílias e pequenos comerciantes tiveram que se desfazer do pouco que haviam armazenado. Dos 16 municípios, 13 foram afetados integralmente, dentre eles: Macapá (capital), Santana, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias, Itaubal, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, Pracuúba, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, os quais representam cerca de 85% da população local. As razões do acontecimento ainda estão sob investigação, embora a perícia negue a culpabilidade de causas climáticas naturais. O problema causado pela Gemini Energy (empresa que comprou os ativos da Isolux, multinacional que recebeu a concessão para operar a subestação) não encontrou resposta por parte da própria empresa. O laudo preliminar da Polícia Civil aponta que os sistemas de para-raios dos transformadores estavam intactos, contrapondo a primeira versão de que o fenômeno teria ocorrido pelo forte temporal. Essa é uma situação catastrófica, porém didática, ao demonstrar os efeitos da privatização do setor energético, que vem sofrendo tentativas constantes de avanço privatista, a exemplo da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Até a data de hoje, 12 de novembro de 2020, a situação não foi regularizada, e o Estado ainda se encontra em meio ao caos. Mesmo com o rodízio começado no 4º dia de apagão, existe uma desordem e descumprimento no cronograma de horários de fornecimento de energia para as localidades, pois há depoimentos de que há locais com menos de 1 hora com luz, o que provoca aglomerações por procura de caixas eletrônicos, supermercados, posto de gasolina, entre outros nos demais pontos onde há fornecimento. Há empresários se aproveitando para aumentar o valor da água mineral, com mais de 100% de reajuste, outros sendo autuados por comercializar alimentos estragados. Há processo judicial em trâmite, há gerador sendo deslocado de um município do sul do Amapá, há equipamentos vindos de outros estados, há empresa estatal com sua competência técnica

trabalhando para resolver a situação, há quem responsabilize os outros, há violência policial reprimindo legítimas manifestações populares, há quem propague mentiras dizendo que tudo foi restabelecido. Nós, que subscrevemos este manifesto coletivo, registramos toda nossa indignação e o nosso repúdio a toda esta situação calamitosa, que expõe à miséria uma população já empobrecida, vilipendiada em seu direito ano após ano de exploração e malversação dos recursos públicos, de privatizações, de falta de planejamento e ausência de fiscalização. Nosso desejo de superação das formas abjetas do modo de produção vigente, do capitalismo que subsume a humanidade a uma degradação de sua condição vital nos inspira a continuar em luta pela defesa das melhores condições de desenvolvimento da humanidade com acesso ao que temos, como espécie, produzido historicamente. Desse modo, externamos todo apoio à população Amapaense e, ao mesmo tempo, consideramos que é urgente unir todas as forças comprometidas em reverter a política de 9 alienação, de desagregação e destruição da vida e da classe trabalhadora, praticada pelo aparato do Estado Burguês, sustentado pelas forças conservadoras que, por meio de consensos, por persuasões e coerções, ocultam a verdade, manipulam e invertem as explicações dos acontecimentos históricos, o qual promove a permanência de um sistema limitado e destruidor em suas possibilidades civilizatórias.

**Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação no
Amapá [ANFOPE - Amapá]**

**Grupo de Estudo em Pedagogia Histórico-Crítica no meio do mundo
[UNIFAP]**

**Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de
Educação Física [MNCR – Macapá/Amapá]**

**Secretaria Estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no
Amapá [CBCE/AP]**

2

MULHERES, ESPORTE E RESISTÊNCIAS: um estudo bibliográfico

Milena Almeida Palmerim (UNIFAP)¹
Gustavo Maneschy Montenegro (UNIFAP)²

Introdução

Uma das motivações para a realização desta pesquisa foram as experiências vividas em competições esportivas de basquetebol, entre os anos de 2011 à 2022. Em vários momentos, estas vivências salientaram situações de descaso, preconceito e desvalorização acerca do esporte praticado por mulheres. Porém, este sentimento era diferente ao se observar os jogos dos sexos masculino e feminino: para os primeiros, os jogos “enchiam” as arquibancadas, e no feminino, o público era apenas constituído, essencialmente, por familiares. Desta forma, ficava evidente o favoritismo do público, trazendo o seguinte questionamento: o que havia de errado com os jogos femininos?

É comum no esporte de rendimento a mulher ter que mostrar um jogo ao alcance do masculino, e fazer coisas que homens fazem com mais facilidade que as mesmas, principalmente por conta de fatores biológicos. Por esse motivo, é importante trazer esta pauta

¹ Universidade Federal do Amapá – Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física – milenap11@icloud.com

² Doutor em Estudos do Lazer (UFMG). Docente do Curso de Educação Física e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP). gustavo@unifap.br

e abrir para discussões, visto que a desvalorização da mulher atleta acontece muito precocemente, logo nos seus primeiros passos dentro do esporte de rendimento.

A sociedade capitalista/patriarcal que vivemos criou uma imagem acerca da mulher, a qual é carregada da ideia da “verdadeira feminilidade”, associada a noção de ser meiga, gentil, fisicamente frágil, amorosa, sensível e delicada (Melo; Giavoni; Tróccoli, 2004). Assim, esportes considerados violentos deveriam ser negados para meninas e moças, visto que a feminilidade normativa ainda se associava à maternidade (Goellner, 2005). Em 1941, por exemplo, Getúlio Vargas, presidente do Brasil na época, assinou o Decreto-Lei 3.199, o qual proibiu as mulheres de praticarem diversas modalidades esportivas, dentre estas, o futebol.

Portanto, a prática esportiva entre as mulheres era malvista perante os olhos da sociedade patriarcal, já que era sinônimo de “homossexualismo” ou “coisa” de homem. Além da questão da feminilidade, ainda existe a desvalorização da mulher como atleta, pois historicamente, este espaço é predominado por homens. Diante destas dificuldades, muitas mulheres atletas ainda buscam seu espaço e sua valorização até os dias atuais.

Algumas mulheres foram fundamentais para a inclusão feminina nas competições esportivas e, em especial, nas Olimpíadas. Uma das figuras mais importantes para a inclusão das mulheres nas Olimpíadas foi a francesa *Alice Melliart*, que por meio da Federação Esportiva Feminina Internacional, reivindicou, junto ao Comitê Olímpico Internacional, a entrada efetiva das mulheres nas competições de atletismo e de outras modalidades nos Jogos Olímpicos. O processo de exclusão das mulheres na prática esportiva e de atividades físicas no Brasil seguiu o mesmo padrão internacional, inclusive com os mesmos discursos, e teve em Maria

Lenk³, um ícone na representação feminina nos esportes e nas atividades físicas (Oliveira *et al.*, 2008).

Diante disso, a questão sobre a diferença de tratamento nos esportes de rendimento entre homens e mulheres se faz necessária, pois é algo que se observa no Brasil. Diante disso, percebe-se esforços de pesquisadores(as), professores(as), jornalistas, e até mesmo das próprias jogadoras, em tentar fazer com que essa problemática de desvalorização seja algo que ganhe cada vez mais olhares e atenção da sociedade, e assim, possibilite que as mulheres alcancem os seus devidos espaços nos esportes de rendimento, não só no Brasil, como no mundo.

Este estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica, que teve como busca o tema “as dificuldades da mulher atleta”. Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres atletas, apontadas na literatura acadêmica disponível.

Metodologia

Este estudo tem características de uma pesquisa qualitativa, que segundo Denzin e Lincoln (2006), se trata de uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores(as) estudam as coisas em seus cenários sociais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem, ou seja, este estudo buscou entender como se deu o processo histórico das barreiras que as mulheres enfrentaram e enfrentam diariamente nos esportes de rendimento.

³ Maria Lenk, foi a primeira nadadora brasileira a estabelecer um recorde mundial. A homenagem à única brasileira a integrar o *hall* da fama da natação na Flórida foi feita por meio de lei sancionada e publicada no Diário Oficial da União [<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/07/22/maria-lenk-se-torna-patrona-da-natacao-brasileira>]. Maria Lenk participou de seus primeiros Jogos Olímpicos aos 17 anos, nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1932. Foi a única mulher entre os 82 atletas da delegação brasileira; e a primeira sul-americana a disputar uma competição olímpica.

Possui natureza descritivo-exploratório, que segundo Gil (2002), tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Neste caso, será aprofundada a questão da problemática sobre o porquê das mulheres enfrentarem tantas dificuldades no meio esportivo, comparado aos homens.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (Severino, 2007) que tem como objetivo reunir e analisar textos publicados para servir como apoio base, e de caráter qualitativo, visando descrever como se deu ao longo do tempo a luta das mulheres nos esportes de rendimento no Brasil.

Optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica com recorte temporal entre 2020 à 2022. Sendo assim, foram consultadas as bases de dados do *Google Acadêmico* e do *Scielo*. Os descritores chave para a busca dos artigos foram: “Dificuldades da mulher atleta” e “barreiras das mulheres no esporte”.

Além destes, também foram pesquisados artigos de periódicos acadêmicos, dentre estes, a Revista Movimento, Motrivivência, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista Gênero, Revista Brasileira de Estudos Feministas. A pesquisa foi realizada diretamente no *site* das revistas, realizando a leitura do sumário de cada edição. Inicialmente, realizava-se a leitura do título de cada artigo. Ao se considerar possível pertinência para a presente pesquisa, o resumo do mesmo era lido e assim, tomada a decisão da inclusão ou exclusão do mesmo para compor a base de discussões deste trabalho.

A seguir, apresenta-se um quadro com informações dos artigos selecionados.

Quadro 1: Artigos utilizados para realização do trabalho

Autores(as)	Nome do artigo	Fonte	Ano de publicação
Rebeca Dalle Vedove	Futebol Feminino: Sua história e a busca pela igualdade	Google Acadêmico	2021
Natielle Conceição Joana	A mulher nas capas da revista placar: De objeto à protagonista em três décadas de análise	Google Acadêmico	2022
Ana Paula Roth	Da proibição à desvalorização: O esporte feminino no Brasil	Google Acadêmico	2022
Michelle Clerc de Matos; Thaís Bastos Xavier;	As violências ocultas dentro do universo esportivo feminino: uma abordagem dentro do handebol	Google Acadêmico	2020
Anna Tharyne de Almeida Nascimento; Fátima Niemeyer da Rocha;	A Inserção da Mulher no Futebol	Google Acadêmico	2021
Eber Rodrigo Caizer Ferreira; Pedro Henrique Lazarini Braga;	O mercado esportivo no universo feminino	Google Acadêmico	2020
Ana Paula de Queiroz Bambace; Anna Beatriz Vargas Panfili;	Sobre a violência sexual no esporte olímpico envolvendo mulheres: Um estudo a partir de reportagens	Google Acadêmico	2020

Juliana A. de Oliveira Camilo;	em diferentes sites esportivos		
Mônica Caldas Ehrenberg	Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta	Google Acadêmico	2021
Julio Cezar Fetter	Atletas olímpicas brasileiras e a maternidade: Do mito à realidade.	Google Acadêmico	2020
Heloisa Occhi Detoni;	Futebol feminino brasileiro e as dificuldades encontradas nesse subcampo esportivo	Google Acadêmico	2022
Ana Beatriz Brandão Morgado	Lugar de mulher: Cargos de comando no futebol	Google Acadêmico	2020
Aline Ribeiro dos Santos	Inserção das mulheres nas práticas corporais esportivas: Um estudo de caso com uma ex-atleta amadora	Google Acadêmico	2021
Mariana Zuaneti Martins; Kerzia Railane Santos Silva; Vitor Vasquez;	As mulheres e o país do futebol: Intersecções de gênero, classe e raça no Brasil	Revista Movimento	2021
Silvana Vilodre Goellner	Mulheres e futebol no Brasil: Descontinuidades, resistências e resiliências	Revista Movimento	2021

Fonte: Elaborado pela autoria (2023).

Discussões

Esta etapa do texto será destinada para a discussão dos artigos encontrados e que compõe o escopo deste trabalho. A intenção é apontar as diferentes formas de dificuldades enfrentadas por mulheres ao longo dos anos nos esportes de rendimento no Brasil. Após estudo dos artigos selecionados, optou-se por agrupar os textos em eixos de discussão, o que facilita a leitura e compreensão da temática. Os eixos elaborados foram: a mulher atleta; salários de mulheres atletas; mulheres em cargos de comando.

A mulher atleta

Por muitos anos, a mulher foi proibida de participar em atividades esportivas devido à ideia de que era frágil, não tinha capacidade biológica para tal, deveria se resguardar para cumprir o papel de mãe e esposa ou de que se masculinizaria (Silva; Fontoura, 2011). Hodiernamente não é muito diferente, apesar das mulheres conseguirem ocupar cada vez mais espaços nos campos esportivos e lugares de destaques em modalidades, consegue-se perceber, a partir da bibliografia específica e de manifestações públicas de atletas, que a mulher ainda não é tratada com equidade nessa esfera. Como também não o é em outras.

Com o advento da industrialização, no início do século XX, novas formas de organização social surgiram, além de que a luta por direitos iguais foi importante e cada vez mais presente, iniciando um processo, por mais que lento, de transformação do papel da mulher (Goellner, 2005; Di Pierro, 2007). Na segunda edição dos Jogos Olímpicos – em Paris, 1900 – as atletas competiram em modalidades consideradas esteticamente belas e sem contato físico entre elas, como tênis e golfe. Ainda mais, a fundação da Federação Internacional de Esportes Femininos, em 1921, foi um avanço, uma vez que ela visava maior representação feminina no esporte, sendo responsável pelo monitoramento de recordes, definição de regras e promoção de esportes e torneios,

como os Jogos Olímpicos Femininos e os Jogos Femininos Mundiais. Essa instituição teve um papel fundamental na garantia da inclusão oficial das mulheres nos Jogos Olímpicos de 1936.

A década de 1930 foi marcada pela luta por direitos e condições que antes eram restritos aos detentores do poder na sociedade. Ademais, percebe-se que as atletas nesse período ainda não eram aceitas, já que o corpo musculoso e atlético feminino era visto como uma ofensa, como algo que contrariasse o ideal de feminilidade, além de que a identidade sexual das esportistas estava em constante análise e julgamento. Além disso, durante a II Guerra Mundial, um número significativo de homens estava nas batalhas, tendo a necessidade de as mulheres entrarem em campos sociais que antes eram limitados, como o mercado de trabalho e a vida política, provando que poderiam assumir qualquer atividade profissional (Melo, 2021).

O final da década de 1960 foi importante para as atletas olímpicas. Até as Olimpíadas de 1968, na Cidade do México, era comum a prática de testes de feminilidades em atletas (Pereira; Conde, 2021). O Comitê Olímpico Internacional (COI) podia eleger mulheres que fossem realizar testes que verificavam sua feminilidade. Variavam desde inspeção das genitálias e de outras partes do corpo, até exames de sangue, checando hormônios e outros elementos.

Na década de 1970, dois movimentos no cenário esportivo foram observados: o desenvolvimento do movimento *fitness*⁴, que cultivava a beleza e juventude do corpo; e a limitação na prática de modalidades coletivas, que eram associadas à celebração da masculinidade, sendo inaceitável ao gênero feminino (Di Pierro, 2007). Em 1978, foi lançada a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (Almeida, 2010). Com isso, a prática esportiva

⁴ *Fitness* é uma palavra de origem inglesa e significa “estar em boa forma física”. O termo é normalmente associado à prática de atividade física e se refere ao bom condicionamento físico ou bem-estar físico e mental

passou a ser compreendida como direito de todos, iniciando um processo de democratização e expansão das práticas esportivas.

É necessária a reflexão acerca da objetificação do corpo feminino nas práticas esportivas. Muitas das críticas sobre a presença feminina nesse fenômeno eram referentes ao fato de o “corpo atlético” confrontar a imagem ideal de ser feminina (Goellner, 2005). Ainda mais, o discurso biologizante do corpo minimizava os espaços às mulheres neste ambiente dominado pela masculinidade. Soma-se ainda um olhar sexualizado sobre o corpo e condutas. Assim, há um ideal do corpo das atletas, que acaba sendo vendido e valorizado pelas mídias, muitas vezes sobressaltando essas características físicas ao invés do desempenho esportivo. O esporte, ao ser um fenômeno social, propaga valores da sociedade, e, ao optar por um modelo de corpo para divulgar, cria um padrão sobre qual é o corpo ideal (Goellner, 2005).

A sociedade conservadora do Brasil pós-independência, não permitia às mulheres a presença em muitos espaços que pudessem participar na sociedade, dentre eles o esportivo. Às mulheres eram permitidas as práticas de atividades moderadas e jogos leves, a fim de manter o seu corpo adequado à reprodução. O advogado e deputado federal Ruy Barbosa foi o primeiro a defender a presença do exercício físico no currículo para mulheres, quando ocorreu a reforma do ensino de 1882/1883 (Goellner, 2003; Rubio, 2021). O ano de 1932 foi importante para o movimento de maior inclusão e participação das mulheres na sociedade. Neste ano, as mulheres adquiriram o direito ao voto e puderam representar, pela primeira vez, o país em uma Olimpíada. A participação de Maria Lenk foi um marco, ao passo que fez com que o esporte feminino fosse cada vez mais incentivado, apesar de ser com inúmeras ressalvas e restrições.

Destaca-se ainda que nessa época ocorreram outros eventos importantes para as atletas, como o primeiro campeonato de basquetebol, em São Paulo, apresentando as mesmas regras que a modalidade tinha para os homens (Oliveira, 2008).

Em um mundo marcado pelos estereótipos de gênero, algo que preocupava a sociedade era a “masculinização” do corpo feminino por meio do esporte. Assim, em 1965, foi instituída a Deliberação nº 7, do Conselho Nacional de Desportos (CDN), que especificou as práticas proibidas às atletas (Moura; Tasca, 2020). Modalidades como futebol, futebol de salão (futsal), futebol de praia, polo aquático, polo, *rugby*, halterofilismo, beisebol e lutas eram proibidos às mulheres. Apesar das imposições, as mulheres estavam se destacando em modalidades que eram permitidas, como a natação.

Na perspectiva de Goellner (2005), a participação feminina brasileira nos Jogos Olímpicos passou a crescer significativamente a partir dos anos 1970. Já nos anos 1980 e 1990 ficou perceptível a maior inserção das mulheres em esportes aos quais eram considerados violentos, em consideração ao seu “corpo frágil”, como é o caso do polo aquático, do handebol, do judô e também do futebol (Goellner, 2005). Além disso, apesar de estarem por um longo período de tempo participando das Olimpíadas, apenas no ano de 1996, na Olimpíada de Atlanta, foram conquistadas as primeiras medalhas femininas para o Brasil (Vlastuin, 2013).

As duas últimas edições das Olimpíadas (Rio 2016 e Tóquio 2020) apresentaram as maiores delegações femininas (Rubio, 2021). A tendência é que cada vez mais as atletas participem, mas para tal, é preciso que haja um incentivo para as que praticam e para as que estão iniciando nas modalidades. Como elucidado por Athayde e Rodrigues (2021), os megaeventos esportivos organizam a agenda esportiva do país e, conseqüentemente, os investimentos que são feitos nas modalidades esportivas. Com o esporte feminino não sendo constantemente investido, discrepâncias podem ser vistas em relação ao masculino, além de que sem esse incentivo, é difícil conseguir ter todos os resultados almejados.

Nas palavras de Mendonça (2021), ainda são raras as vezes em que as pessoas lembram de citarem mulheres como referência no esporte, o que acaba por manter o paradigma de que este lugar ‘não

é para elas', fazendo com que as mesmas não se sintam representadas.

Contudo, quanto se existe a proposição de estudar e debater tais questões, abre-se a possibilidade de novas reflexões relacionadas à temática, o que proporciona uma nova perspectiva perante a sociedade. Assim, o esporte fica marcado por diferentes posicionamentos sobre a participação feminina, sabendo que a luta por espaço ainda está longe de terminar, ainda há muito a se percorrer para que as condições se tornem igualitárias (Jaeger, 2006).

É de importância que as mulheres tenham o seu devido reconhecimento perante o cenário esportivo, não só pelas mídias nacionais, mas também no incentivo à base e a investimentos de clubes e competições, fazendo com que o papel das atletas seja valorizado com grandes condições de trabalho e que o preconceito, discriminação, violência e machismo sofrido pelas mulheres, possa acabar não só no âmbito esportivo, mas na sociedade, para que as mesmas sejam respeitadas, como é de direito.

Salários de mulheres atletas

Ainda é comum encontrarmos modalidades esportivas em que a remuneração de homens se sobressai comparada a de mulheres, o que revela a superioridade do investimento no esporte masculino. Entretanto, vale ressaltar que a questão de salários desiguais não acontece somente nos esportes, mas é algo estrutural do capitalismo que precisa ser combatido. Para a maioria das mulheres, resta um trabalho mal remunerado e, por vezes, sem direitos trabalhistas. Além disso, ainda corre o risco de sofrer com os assédios e abusos nestes locais. Na maior parte dos casos, o salário não cobre os custos de reprodução social, fazendo com que a mulher trabalhe em vários empregos e acabe sendo negligenciada pelo Estado (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Como fenômeno social, o esporte acompanhou as conquistas acumuladas na política, nas ciências ou no trabalho, porém não no mesmo ritmo. A equidade de direitos, posições e salários tardaria

ainda muitos anos. As condições mercadológicas do esporte são extraordinárias com profissionais no ramo recebendo altos salários, destacando-se os atletas do tênis, basquete e futebol sendo que, majoritariamente, os maiores salários do mundo esportivo são dos homens. Porém, isso se torna um problema, devido a forma de julgamento e democratização de leis e decretos das confederações e comitês esportivos de cada instituição, clube e seleção, nas condições ofertadas as mulheres (Ferreira; Braga, 2020). Fazem-se necessários investimentos e incentivos, tanto da iniciativa pública quanto da privada, valorizando mais o universo esportivo feminino por meio de maior publicidade, melhores salários, bonificações, trabalhando desde cedo a participação e valorização feminina no esporte (Ferreira; Braga, 2020).

Uma conquista do esporte feminino, por exemplo, foi em 2020, ter a equiparação de remuneração em diárias e premiações entre os e as atletas da seleção brasileira de futebol (Pires, 2020). Esta foi apenas uma das equiparações, em uma modalidade específica. Ainda há muito o que fazer e conquistar para que de fato, as vitórias possam ter o mesmo valor e reconhecimento.

Mulheres em cargos de comando

Já no eixo “mulheres em cargos de comando”, foi possível agrupar 5 artigos, sendo eles: Lugar de mulher: cargos no comando de futebol (Morgado, 2020); Futebol feminino brasileiro e as dificuldades encontradas nesse subcampo esportivo (Detoni; Aggio; Figuerôa, 2022); Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta (Ehrenberg, 2021); Mulheres e esporte no Brasil (Rubio, 2021); Da proibição à desvalorização: O esporte feminino no Brasil (Roth, 2022).

Morgado (2020) afirma que historicamente as mulheres se limitavam a torcer e estar nas arquibancadas dos estádios e ginásios, e que a baixa representatividade feminina em cargos de treinadora de futebol e na gestão da modalidade, é um reflexo histórico da sociedade e ainda interfere no esporte.

Ferreira (2012) lista uma série de obstáculos enfrentados pelas mulheres que tentam a carreira de treinadoras esportivas, dentre eles “o preconceito, questionamentos de competência e capacidade de liderança feminina, conflito da vida profissional e pessoal, baixos salários e estereótipos”. Desta maneira, se as barreiras para as atletas demoraram tanto tempo a cair, para aquelas que se aventuraram no cargo de treinadoras, o caminho foi, e ainda é, mais longo, visto que isso ocorre porque há uma associação entre treinamento esportivo e masculinidade, o que acaba dificultando o acesso das mulheres a este trabalho.

Para Ferreira, Salles e Mourão (2015), mulheres em cargos de comando esportivo ainda representam a minoria. A atuação como treinadoras, auxiliares técnicas, árbitras, coordenadoras, diretoras e presidentes de órgãos de administração esportiva se mantem muito baixa e facilmente perceptível pela baixa representatividade.

A baixa atuação de mulheres brasileiras como treinadoras é consequência de muitos fatores, como assinalam Ferreira, Salles, Mourão e Moreno (2013). Além da falta de oportunidades para inserção e ascensão na carreira, as barreiras existentes destacam-se pela cobrança por resultados vitoriosos, conquista essa possível apenas vários anos na função. Por outro lado, a remuneração não se configura como determinante. O amor pelo esporte, a busca pelo sonho olímpico e a satisfação em formar atletas, são elementos que as impulsionam a se dedicarem à carreira de treinadora esportiva.

O Comitê Olímpico Internacional determinou como objetivo que até o ano de 2005, as mulheres ocupassem 20% dos cargos de liderança e administração nos Comitês Olímpicos Nacionais e nas Federações Esportivas, meta infelizmente até hoje não alcançada.

Não por acaso, é mais comum que se encontre treinadoras mulheres em modalidades exclusivamente femininas, como a ginástica rítmica. Em quatro edições olímpicas, o Brasil enviou equipes para a disputa de conjuntos e, em todas elas, as técnicas foram mulheres, como indica Theberge (1993). Para a autora, a presença de treinadoras em modalidades exclusivamente

femininas acaba criando uma falsa sensação de equilíbrio de gênero, tendo em vista que este espaço é ocupado pelas mulheres.

Na carreira esportiva, tornar-se treinadora representa a chance de continuar no esporte, mas diversos empecilhos prejudicam a continuação, ou até mesmo, alcançar o objetivo de treinar um time. Segundo Ferreira, Salles e Mourão (2015), dirigentes e técnicos perpetuam a profissão como masculina ao contratarem apenas homens para esses cargos, limitando a chance de ingresso de mulheres no mercado.

No futebol, por exemplo, houve uma conquista por uma iniciativa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em que foi possível as mulheres exercerem os cargos de treinadoras, gestoras e supervisoras nas categorias da seleção brasileira. Essas conquistas iniciaram em 2012 com a contratação da treinadora Emily Lima para o cargo de comandante da seleção Sub-17 e desde então, a cada ano, observa-se mais mulheres assumindo os comandos dos clubes no país (CBF, 2017). Ainda em 2020, é possível presenciar mais duas conquistas na modalidade: a ex atleta de futebol, Aline Pelegrini, assumiu a função de Supervisora do Futebol Feminino, juntamente com a ex atleta de futebol Duda Luizelli, que é responsável pela coordenação das Seleções Femininas (CBF, 2020).

Por fim, mostra-se por meio dos tópicos anteriores que o assunto voltado a participação de mulheres nos esportes de alto rendimento ainda tem muito o que ser discutido, pois além das mulheres sofrerem preconceitos dentro do universo do esporte, a falta de oportunidades neste mercado de trabalho ainda é recorrente, principalmente por pensamentos arcaicos, que diminuem a imagem e competência da mulher sob o seu lugar de comando frente de um clube, federação e até mesmo em um time.

Considerações

O objetivo deste trabalho foi identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres atletas, apontadas na literatura acadêmica disponível. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em

que foram consultados artigos publicados nas bases de dados *Scielo* e *Google Acadêmico*. Além destes, também foram pesquisados artigos diretamente em *sites* de periódicos nacionais.

O estudo mostrou que, apesar dos feitos conquistados por mulheres no esporte brasileiro, o esporte masculino ainda usufrui de maior prestígio e destaque. Outro ensinamento que este estudo trouxe foi que fatores externos ao esporte, como o desejo de ser mãe, também impactam as carreiras das atletas, pois muitas vezes, para conseguirem realizar esse sonho (ser mãe), elas precisam abdicar de outro (ser atletas).

Portanto, os problemas sofridos pelas mulheres ainda são vistos hodiernamente, mesmo que em proporções diferentes. Como se buscou retratar, a capacidade de uma atleta em jogo, ou a frente de um cargo de comando, é colocada em questionamento, pelo simples fato de ser mulher. Esses questionamentos são potencializados quando mulheres assumem comando em esportes “considerados masculinos”.

O estudo possibilitou entender que o caminho a ser percorrido por mulheres, contra esses problemas, ainda está longe de se chegar ao final, visto que são constantes os casos de mulheres sofrendo algum tipo de preconceito, não só na seara esportiva, mas na sociedade como um todo.

Um passo importante para o enfrentamento desta problemática é a implementação de políticas que possam investir mais nos esportes femininos, contribuindo para que os clubes tenham estruturas e capacidade de organização e participação em campeonatos importantes mundialmente. É importante destacar que esta pesquisa possui limitações. O levantamento realizado abrangeu um curto período, além de não se ter incluído as produções em livros, capítulos de livros, dissertações e teses. Portanto, vários trabalhos não fizeram parte do escopo desta investigação, e que, portanto, poderiam ter agregado outras discussões sobre o tema.

É de relevância que novos estudos sejam feitos a partir desta problemática, pois é um tema que tem bastante visibilidade em

nossa sociedade. Investir em projetos comunitários, os quais estejam voltados à inclusão e permanência de mulheres no esporte, pode ser um meio para garantir que elas possam participar, trabalhar e desfrutar em igualdade de condições.

Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; DE ROSE JUNIOR, Dante. Fenômeno esporte: relações com a qualidade de vida. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luís; MONTEIRO, Maria Inês. **Qualidade de vida: Evolução dos conceitos e práticas no século XXI**. 1ª Ed. Campinas: IPES, p. 11-18, 2010.

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019. ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; RODRIGUES, David Viegas. Esporte de alto rendimento no Brasil: uma análise do programa bolsa atleta de 2009 a 2016. **Cadernos de Educação Física e Esporte**. v. 19, n. 1, p. 25-31, jan./abr. 2021.

BAMBACE, Ana Paula de Queiroz; PANFILI, Ana Beatriz Vargas; CAMILO, Juliana de Oliveira. Sobre a violência sexual no esporte olímpico envolvendo mulheres: um estudo a partir de reportagens em diferentes sites esportivos. **Olimpianos – Journal of Olympic Studies**. v. 4, p. 122-136. mai./ago. 2020.

CBF. **CBF apresenta Aline Pellegrino e Duda Luizelli como novas coordenadoras de futebol feminino**. Assessoria da CBF, Rio de Janeiro, 02 set. 2020. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/rogerio-caboclocoordenadoras-selecao-e-de-competicoes-femininas>. Acesso em: 03 fev. 2023

CBF. **Emily Lima e o trabalho à frente da Seleção Brasileira**. Assessoria CBF, Rio de Janeiro, 10 maio 2017. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/somosfutebol/emily-lima-e-o-trabalho-na-selecao-brasileira>. Acesso em: 03 fev. 2023.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DETONI, Heloísa Occhi. **Futebol feminino brasileiro e as dificuldades encontradas nesse subcampo esportivo**. 2022. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Educação Física). Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba, Paraná, 2022.

DI PIERRO, Carla. Mulher e esporte: uma perspectiva de compreensão dos desafios do Ironman. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**. v. 1, n. 1, dez. 2007.

EHRENBERG, Mônica Caldas. Resenha: Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta. **Olimpianos – Journal of Olympic Studies**. v. 5, p. 6-19, mar. 2021.

FERREIRA, Eber Rodrigo Caizer; BRAGA, Pedro Henrique Lazarini. **O mercado esportivo no universo feminino**. 2020. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Administração). Faculdade de Administração das Faculdades Doctum de Ipatinga, Minas Gerais, 2020.

FERREIRA, Heidi Jancer. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2012. 101f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2012.

FEEREIRA, Heidi Jancer; SALLES, José Geraldo Carmo; MOURÃO, Ludmila Nunes. Inserção e permanência de mulheres como treinadoras esportivas no Brasil. **Revista de Educação Física**. v. 26, n. 1, p. 1-9, abr. 2015.

FETTTER, Júlio Cezar. Atletas Olímpicas brasileiras e a maternidade: do mito à realidade. **Olimpianos – Journal of Olympic Studies**. v. 4, p. 137-153. jun./set. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: Descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento**. v. 27, p. 1-14, jan./dez. 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**. vol. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005.

JAEGER, Angelina. Gênero, Mulheres e Esporte. **Movimento**. Porto Alegre, v.12, n. 1, p. 199-210, jan./abr. 2006.

JOANNA, Natielle Conceição. **A mulher nas capas da revista placar: de objeto à protagonista em três décadas de análise.** 2022. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Jornalismo). Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2022.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: Intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. *Movimento*. v. 27, p. 1-18, jan./dez. 2021.

MATOS, Michelle Clerc; XAVIER, Thaís Bastos. **As violências ocultas dentro do universo esportivo feminino: uma abordagem dentro do handebol.** *Intercontinental Journal on Physical Education*. v. 2, n. 1, p. 1-8, 2020.

MAZOTTE, Natália. **A maratona olímpica pela equidade de gênero.** *Gênero e número*, 2016. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/maratona-equidade/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MELO, Gislane Ferreira; GIAVONI, Adriane; TRÓCCOLI, Bartholomeu Torres. Estereótipos de gênero aplicados a mulheres atletas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 20, n. 3, p. 251-256, dez. 2004.

MENDONÇA, Renata. **Como as mulheres chegaram à melhor participação da história do Brasil nos jogos.** *Dibradoras*. 2021. Disponível em: <https://dibradoras.com.br/2021/08/09/como-as-mulheres-chegaram-a-melhor-participacao-da-historia-do-brasil-nos-jogos/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

SILVA, Marcelo; FONTOURA, Mariana Purcote. Educação do corpo feminino: Um estudo na Revista Brasileira de Educação Física (1944-1950). *Rev. bras. educ. fis. Esporte (Impr.)*. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 263-275, Jun. 2011.

MORGADO, Ana Beatriz Brandão. **Lugar de Mulher: Cargos de Comando no Futebol.** 2020. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Jornalismo). Centro de Comunicação e Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

MOURA, Giovanna Xavier; TASCA, Layane Castiglioni. Gênero, corpo e a legislação esportiva brasileira. *Anais do VI Simpósio Gêneros e Políticas Públicas*. v. 6, p. 559-576, 2020.

NASCIMENTO, Anna Tharyne de Almeida; DA ROCHA, Fátima Niemeyer. A Inserção da Mulher no Futebol. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**. v. 12, n. 2, p. 69-77, mai./ago. 2021.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo; TUBINO, Manoel. A inserção histórica da mulher no esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. v. 16, n. 2, p. 117-125, jul./nov. 2008.

PEREIRA, Guilherme; CONDE, Paulo Roberto. **Teste de gênero acende debate antes das Olimpíadas, e Érika Coimbra quebra silêncio**. GLOBO ESPORTE, 31 jan. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/teste-de-genero-acen-debate-antes-das-olimpiadas-e-lenda-do-volei-quebra-silencio-me-livre-do-medo-eda-dor.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

PIRES, Breiller. Seleção começa a reparar descaso histórico com futebol feminino. **El País**. São Paulo, 03 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-09-03/selecao-comeca-a-reparar-descaso-historico-com-futebol-feminino/>. Acesso em: 04 fev. 2023.

ROTH, Ana Paula. **Da proibição à desvalorização: o esporte feminino no Brasil**. 2022. 120f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia). Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

RUBIO, Katia (Org.). **Mulheres e esporte no Brasil: muitos papéis, uma única luta**. São Paulo, SP: Laços, 2021.

SANTOS, Aline Ribeiro. **Inserção das mulheres nas práticas corporais esportivas: um estudo de caso com uma ex-atleta amadora**. 2021. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física). Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

THEBERGE, Nancy. A construção do gênero no esporte: mulheres, treinadores e a naturalização da diferença. **Oxford University Press**. v. 40, n. 3, p. 301-313, ago. 1993.

VEDOYE, Rebeca Dalle. **Futebol feminino**: sua história e a busca pela igualdade. 2021. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Educação Física). Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2021.

VLASTUIN, Juliana. **As “donas da quadra”**: Leitura sociológica das unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino no Brasil (1980 – 2008). 217 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

3

POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA E PRÁTICAS SOCIAIS DE SAÚDE: tecendo redes com a comunidade Igarapé do Samaúma

Layana Costa Ribeiro Cardoso (IFAP)¹

Apresentação

Notamos o ato de tecer como uma construção artesanal ao tempo fazemos uma analogia às redes de pesca próprias das comunidades ribeirinhas na qual seus fios constituem um entrelaçamento diacrônico. Com isto, almejamos compreender as teias de significados que compõem as práticas sociais voltadas à saúde da Comunidade Igarapé do Samaúma, que está localizada em uma área de assentamento chamada Barreiro. A área da comunidade do Barreiro está localizada a sul do Estado do Amapá, município de Mazagão, entrando pela margem direita do rio Mazagão pelo igarapé Inveja, saindo do porto da cidade de Mazagão em direção a área citada. É uma comunidade familiar, possui 6 famílias, que são oriundas dos fundadores da comunidade. As principais fontes de renda dos moradores são a pesca, o extrativismo.

Um aspecto importante que dá forma a esta teia de significados da comunidade ribeirinha é a localização, pois está situada na região Amazônica, um ecossistema de larga escala geoespacial que agrega um contingente populacional de uma

¹ Layana Costa Ribeiro Cardoso, Mestre em Ciências da Saúde, Instituto Federal do Amapá. E-mail: layanacardoso@gmail.com .

complexa diversidade social, histórica e cultural. No ecossistema aludido se mesclam grupamentos os quais apresentam identidades étnicas distintas e transitam entre o meio urbano e a zona rural, intercambiados pelos rios que lhes cortam. Tais rios delineiam a materialidade da vida dos habitantes da região, o que leva a construção de alteridades singulares, notadamente no âmbito das comunidades ribeirinhas.

Evidenciamos o estado de negligência quanto à produção de pesquisas científicas que envolvam as populações tradicionais da Amazônia, com destaque para as temáticas relacionadas à saúde a partir de um olhar culturalista. Por isso, eleger as práticas sociais do cotidiano da Comunidade Igarapé do Samaúma relacionadas à saúde como objeto de estudo foi um grande desafio, pois neste contexto social as atividades laborais possuem uma unidade intrínseca com o meio natural que não se dicotomizam (Silva et al, 2011). Os cuidados relacionados à saúde permeiam a complexidade das práticas sociais que aglutinam a experiência vivida na sua multidiversidade. Esta perspectiva encontra sentido ao propormos um debate acadêmico que trata a saúde dos grupos étnicos que transpõe o viés biologista, ainda dominante, nas investigações epidemiológicas e nas sociedades urbanizadas. Orientados pelo espectro sociocultural, buscamos construir um novo olhar para a saúde que atente para as tradições (re) inventadas, as quais são ressignificadas na dinamicidade cultural Comunidade Igarapé do Samaúma. Desse modo, trazemos à baila um debate científico essencial e inovador que associa as práticas sociais e suas intersecções com a saúde, colocando o grupo social com coautor no processo de produção do conhecimento ao tempo em que devolvemos à sociedade brasileira o investimento em ciência, uma vez que este estudo poderá contribuir para o planejamento de políticas governamentais que tenham como enfoque a qualidade do atendimento dos ribeirinhos a partir das suas necessidades e alteridades.

Dialogamos com a antropologia social com o intuito de tecermos um (re) pensar das práticas sociais e suas relações com a

saúde na Comunidade Igarapé do Samaúma, porquanto os aspectos culturais são fundantes para a compreensão do nosso objeto de estudo. Para tanto, objetivamos compreender a relação entre práticas sociais e saúde, interpretando, do ponto de vista antropológico, os aspectos epidemiológicos do ambiente ribeirinho da Comunidade Igarapé do Samaúma em Mazagão/Amapá/Brasil.

Metodologia

Caracterizado com um trabalho de cunho qualitativo, que orientado pela antropologia social, uma vez que levamos em consideração a relação que a saúde tem com o meio social em que o ser humano se desenvolve. A antropologia social nos mostra novas metodológicas sobre o fazer antropológico, além de possibilitar uma maior seriedade nos caminhos a se percorrer para conhecer o outro. Nesta perspectiva teórica, no fazer etnografia, nós pesquisadores, interpretamos a interpretação que os ribeirinhos da Comunidade Igarapé do Samaúma elaboram sobre a sua realidade. Isso implica em reconhecer os limites do método etnográfico a despeito daquilo que se pode conhecer sobre o outro, visto que invariavelmente há de se mergulhar em códigos culturais diferentes do seu contexto social (Geertz, 1989). Entendemos que a etnografia se sobrepõe a uma mera descrição cultural, pois nos possibilitou construir uma teoria e pensar a realidade por intermédio do trabalho de campo (Peirano, 1995).

A Amazônia (até por volta de 1950) apresentou baixa densidade demográfica, e a metade da população habitava a região costeira. “No Estado do Amapá as primeiras concentrações de moradias ocorreram principalmente nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão” (Souza e Dias, 2012, p.2). Nesse último, existem vários núcleos habitados dentre eles urbanos e rurais e, foi num destes núcleos rurais da região ribeirinha que foi feita a observação e coleta de dados deste trabalho. Esta escolha se deu principalmente pela quantidade de comunidades ribeirinhas no município, o maior número de comunidades do

estado. De acordo com Zoneamento ecológico-econômico (2002), o município de Mazagão possui 1.318.960 hectares, faz limite com o município de Santana, Porto Grande, Amapari, Laranjal do Jari e Jari e é dividido em Mazagão Novo ou Sede, local de realização desta pesquisa, e Mazagão Velho. Esclarecemos quanto à inexistência nos dados oficiais.

Fizemos uso dos instrumentos de coleta de dados, a saber: diário de campo, entrevista semiestruturada e registro fotográfico. Realizamos um total sete meses de visitas periódicas à Comunidade Igarapé do Samaúma. Quanto aos procedimentos de análise, fizemos uso da bricolagem com o propósito de entrelaçarmos métodos, de maneira que nos permitisse uma leitura mais ampla das situações encontradas no contexto ribeirinho. O termo bricolagem é entendido como o emprego de diversas técnicas e estratégias conforme se tornam necessários no transcurso da investigação. Permite a criação de processos de investigação à medida que surgem as demandas, de modo que as situações possam dar forma as metodologias utilizadas.

Com o propósito de perceber o fenômeno a partir de diferentes caminhos, estabelecemos um ponto de uma porta de entrada: uma fala, um depoimento, uma imagem, uma vivência ou qualquer outro texto que se abre a infinitas interpretações das ações observadas, Kincheloe e Berry (2007). Na Comunidade Igarapé do Samaúma a porta de entrada escolhida foi o contato inicial com uma liderança, uma espécie de patriarca ou matriarca do local responsável pela organização das ações de saúde, que detém o respeito do grupo. Inicialmente, estabelecemos uma conversa com o intuito de apreender a dinâmica comunitária quanto aos hábitos e costumes. Posteriormente nos aproximamos de outros moradores, o que nos possibilitou perceber o contexto social. Empregamos a história oral para compreender a cultura produzida na Comunidade Igarapé do Samaúma, particularmente as ações protagonizadas pelos ribeirinhos, com ênfase na permanência ou mudanças de compreensão, na vivência no mundo entre os colaboradores com seu lugar e desdobrando-se no seu espaço.

Tabela 1: Caracterização socioeconômica dos moradores da comunidade Igarapé do Samaúma.

Sujeitos	Estado Civil	Idade	Profissão
R1	Viúva	62 anos	Aposentada
R2	Solteiro	42 anos	Pescador e Extrativista
R3	Casada	40 anos	Do lar
R4	Casado	47 anos	Pescador e Extrativista
R5	Casado	44 anos	Pescador e Extrativista
R6	Casada	45 anos	Do lar
R7	Solteira	19 anos	Estudante Universitário
R8	Casada	43 anos	Pescador e Extrativista
R9	Casada	43 anos	Do lar
R10	Solteiro	41 anos	Comerciante
R11	Solteiro	35 anos	Pescador e Extrativista

Fonte: autores (2021).

Esse rio é minha rua: a Amazônia ribeirinha

A Amazônia se constitui numa região rica em biodiversidade e cultura. Sua população é composta por muitas etnias indígenas, em pleno domínio e uso de suas línguas e culturas específicas. Apresenta, também, a cultura cabocla vivenciada pelos grupos ribeirinhos que habitam o interior, às margens de rios, lagos e igarapés. É neste cenário que percebemos os mais diversos e peculiares modos de vida. É um Brasil diferente do contexto urbano brasileiro. Um Brasil que compreende uma grande área geográfica ocupada por um contingente significativo de pessoas, com destaque para as populações tradicionais da Amazônia. Estes grupos étnicos possuem especificidades e necessidades peculiares que requerem a atenção do Estado Brasileiro. Uma comunidade tradicional consiste em um grupo culturalmente diferenciado, que se autorreconhece ao passo que tem organização social própria vinculada ao modo de ocupação do território e uso dos recursos naturais. Estes aspectos são basilares para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, que se serve dos

conhecimentos, das inovações e das práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007, p.2).

Índios, negros e caboclos se tornaram invisíveis no conjunto das políticas públicas. Não foram e, com frequência, continuam não sendo tratados como atores sociais importantes nesse processo de desenvolvimento e mudança. Geralmente, ou são omitidos ou estão citados vagamente nos planos do Governo Federal (Costa, 2001, p. 59).

Esta floresta apresenta dimensões gigantescas, por isso é vista como um vazio demográfico a ser habitado pelo restante do país, sem considerar seus habitantes: caboclos, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, índios, quilombolas e camponeses (Becker, 1998). Cientes disto, afirmamos que abundância e diversidade que marcam o ambiente, e o cenário social da Amazônia, demandam um olhar mais próximo capaz de traduzir as especificidades encontradas.

O município de Mazagão é o quinto mais populoso do Amapá. Mazagão Novo ou Mazagão Sede está localizado à margem direita do rio Vila Nova, no sul do Amapá, distante aproximadamente 29 km da capital, é um município muito rico culturalmente, pois suas raízes históricas estão inseridas no processo de ocupação da Amazônia, servindo como estratégia de defesa contra invasão de estrangeiros aos acessos ao rio Amazonas (Monteiro e Câmara, 2009, p. 1).

A população de Mazagão está situada em sua maioria na área rural e, grande parte da população rural em áreas ribeirinhas, como no caso dos moradores da Comunidade Igarapé do Samaúma³, que está localizada no assentamento Barreiro. É historicamente conhecida como “Jito Pequeno”, costuma ser um lugar pacato e silencioso, silêncio constantemente quebrado pelo barulho dos motores dos barcos, em que o rio e as árvores fazem parte da paisagem.

Um interlocutor, uma espécie de representante da comunidade, nos conta um pouco da história do lugar que se

confunde com um pouco da sua história de vida, visto que esta é uma comunidade familiar. Ela veio de Breves-PA, com a família pois tinha parentes na Ilha de Santana, conheceu o filho de um seringueiro que trabalhava na região e aos 14 anos casou-se com ele e veio fundar a comunidade. Mora a mais ou menos 40 anos na comunidade. O nome “Jito Pequeno” era o apelido de seu marido. Nestas comunidades as pessoas costumam se conhecer através dos apelidos, e justifica: “As pessoas falava: ‘Borá lá no Jito Pequeno’, e foi ficando. E olha que ele não era pequeno. (risos)” (Morador 1).

Hoje a comunidade possui 6 famílias. As principais fontes de renda dos moradores são a pesca, o extrativismo. Existem outras atividades realizadas pelos moradores da ilha como a de agente comunitário de saúde e de transporte escolar, como retrata: “O outro meu filho é catraieiro, ele que leva os moleque.” (Morador 1).

As comunidades ribeirinhas amazônicas são marcadas pela coexistência entre o tradicional e o moderno estas características entrelaçam-se de maneira singular, diferenciada, e, é partindo destas diferenças, também chamadas neste estudo de peculiaridades, de cada comunidade específica que caracteriza e torna imprescindível o estudo antropológico. E esta singularidade se dá principalmente por conta da historicidade que envolve a formação destes territórios, a saber: O Espaço ribeirinho foi constituído na Amazônia a partir de correntes migratórias, ou momentos de migração, ocorridos em todo o período histórico da formação social desta região, contudo foram nas relações sociais que desenvolveram e caracterizaram o viver ribeirinho na Amazônia. Os ribeirinhos apresentam um histórico de migrações, gerando uma complexa e específica formação cultural - identitária, contudo será na relação de interação com o ambiente amazônico que o ribeirinho, dinamizando o espaço amazônico com suas crenças, maneiras de viver e interagir diariamente (Ribeiro, 2010, p.6)

Chamamos este processo de “um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se

relacionam entre si e com a natureza” (Chauí, 1994, p.64). Neste caso, um “mundo” banhado pelas águas e regido pelo vai e vem das marés, e o que se espera para o futuro é um olhar diferenciado, assentado em políticas efetivas que sejam capazes de corrigir os problemas hoje vivenciados e não sanados, na maioria das vezes pelas políticas públicas introduzidas de maneira errônea, sem um prévio diagnóstico da realidade e necessidades locais.

É um contexto com diversas peculiaridades já que o relativo isolamento que o rio foi capaz de delinear, permitiu a vivência à margem, em dois sentidos, desses povos com precário acesso às políticas públicas, nas áreas de educação e saúde, daí alguns autores definirem essas populações como povos invisíveis. Sendo o tradicional imprescindível para estes modos de vida de fato aconteçam devido a sua estrutura física e social, materializadas através das pontes que os cercam, o rio, os meios de deslocamento, as relações familiares.

Em um ambiente que rio os cerca e que o homem equilibra-se em um troncos de árvores, vivendo de acordo com o vai-e-ven seja das marés ou das redes, o ribeirão amazônida consegue delinear o espaço territorial, seja ele na terra ou na água, de forma a tentar equilibrar os anseios dos seus e de sua comunidade, e é este o personagem que melhor representa a Amazônia dos rios, “em seu contato direto com a natureza entendem os rios, as florestas e ele mesmo como sendo uma coisa só”. (Souza; Dias, 2012, p. 5).

Na Amazônia, os rios dentro da configuração do espaço tornam-se meios de sobrevivência, de circulação de mercadorias, de pessoas, fonte de alimentos, entre outras funções que o contexto o confere, configuram um padrão de organização espacial na medida em que as várias comunidades existentes crescem seguindo o curso de suas águas. Neste vai e vem de das marés e com elas a ocupação de espaço mútuo, seja por parte dos ribeirinhos ou por parte dos rios, estes personagens vão traçando

um destino social, uma espécie de conexão, entre a comunidade e a água que as cerca.

Por conta das diversas peculiaridades, os ribeirinhos desenvolveram uma compreensão específica de ver e viver, na tentativa de explicar os fenômenos e as situações as quais perpassam todos os dias. O ribeirinho apresenta uma cosmovisão, isto é, uma visão imaginativa que se consolida das estruturas sociais de cada comunidade ribeirinha (Loureiro, 2000). O ribeirinho interage das mais diversas formas com o ambiente, seja economicamente ou culturalmente, a mata e o rio tornam-se elementos materializados, constituintes da essência da identidade do povo que vive à beira dos rios. Neste sentido, percebemos que o “homem (**o ser humano**) é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e as experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam” (Laraia, 2005, p. 31) (grifo nosso).

Cada ser interpreta individualmente o mundo a sua volta e normalmente a interpretação esta ligada ao grupo social que o ribeirinho cresceu. De modo que as experiências adquiridas e acumuladas por gerações ribeirinhas anteriores contribuem para a formação da identidade da comunidade e, conseqüentemente determinam um tipo de educação e hábitos comunitário materializados pelos sujeitos (Le Breton, 2009).

Por diversas vezes as características específicas das comunidades ribeirinhas são ignoradas. Este fato pode, em alguma medida, explicar a condição de invisibilidade vivida pelo ribeirinho no cenário sócio-político da região Norte e do Brasil, que resulta no processo de negação dos seus saberes e da sua capacidade de discernimento e tomada de decisões sobre os seus direitos, a exemplo da falta de assistência básica em saúde pública, educação, saneamento, nível de qualidade de vida, além de outros fatores tem contribuído paralelamente para as dificuldades em que se encontra a maioria das comunidades ribeirinhas amazônicas

O corpo entre as margens: tecendo as relações entre as práticas corporais culturais e a saúde

Os saberes e fazeres da Comunidade Igarapé do Samaúma são construídos a partir das experiências cotidianas dos moradores. Suas práticas, corporais ou não, entrelaçam-se como uma espécie de tarrafa⁶, que é uma rede usada pelos ribeirinhos na atividade da pesca. Esta é formada por fios, como se esses fossem as práticas, que se cruzam e por vários nós, que não se desatam. Fazemos uma analogia à rede através da qual é possível vermos/percebermos de que forma a cultura e a saúde se cruzam por meio das práticas cotidianas que são o nosso objeto de análise. Salientamos que fomos recebidos na comunidade em questão com muita gentileza e certa dose de estranheza, até que em um dado momento começamos a notar que os ribeirinhos já não faziam suas atividades rotineiras, parecia que eles faziam coisas para nos agradar. Já as crianças se escondiam. Sentíamos como se estivéssemos incomodando os ribeirinhos. Nestes episódios, percebíamos a materialização do conceito de cultura, especificamente na maneira do grupo social enxergar a realidade, o que nos gerou certa estranheza inicial. Os ribeirinhos observavam atentamente os nossos jeitos de falar, de vestir, de comer, estranho a eles posto que eram próprios do contexto urbano. Consequentemente a condição de estranhamento foi mútua. Salientamos que: “o corpo cultural, sede de signos sociais caracteriza a natureza cultural humana através da singularização, da construção social e de padrões culturais”. E, a cultura é o contexto que dá significado aos diferentes eventos e situações da vida (Geertz, 1989, p. 58).

Eles buscam meios de sobrevivência, particularmente para a obtenção de alimentos, que são o matapi e a tarrafa utilizados na pesca artesanal do camarão e do peixe. “Devido ao caráter criativo e transformador, inerente às culturas humanas sobre o meio físico, pode-se encontrar, dentro de um mesmo tipo de ambiente, várias soluções particulares que respondem pela sobrevivência

das sociedades. Sendo a cultura responsável pela transformação dos indivíduos em pessoas, em membros de determinado grupo que mutuamente se reconhecem. Além do mais, a socialização dos indivíduos é responsável pela transmissão dos sentidos acerca do porquê fazer” (Langdon e Wiik, 2010, p. 176).

Essa complexidade é o pano de fundo para a articulação entre saúde, cultura e sociedade. Surgem alguns modos de viver e de sentir a vida próprios dos grupos sociais que dialogam com o chamado modo de vida contemporâneo.

Na Comunidade Igarapé do Samaúma, percebemos que o modo de vida da sociedade contemporânea, que vem das chamadas sociedades urbanas, acaba por influenciar diretamente na cultura, ou seja, na maneira como o indivíduo vê e interage com o meio e com os sujeitos. Um dos principais responsáveis por esta influência, podemos dizer modificação, no modo de vida foi a chegada da energia elétrica há cerca de 8 anos e com ela os meios de comunicação de massa como a televisão e o rádio. Nosso interlocutor conta que em seu tempo livre gosta de ver jornal e programas humorísticos na televisão e aos finais de semana viaja à Mazagão para: “(...) ir as festas e ‘pra namorar’!” (Morador 2).

Logo, a cultura do lazer na comunidade ribeirinha está associada a atividades externas à comunidade, sejam elas através da televisão ou realizadas em ambiente externo, o que pode caracterizar uma “invasão” da cultura urbana neste ambiente. Reconhecemos a importância de o povo ribeirinho compreender os processos adaptativos às florestas, aos rios e a outros recursos que fazem parte de sua vida, considerando a sua história e razão de viver típicos do seu meio. O caboclo amazônico não é um recém-chegado, ele já estava lá, é a própria história e precisa reconhecer seu papel e interpretá-lo, inclusive as adaptações sofridas, pois sem esta compreensão não se terá solução para algumas perguntas e estes continuarão a ser apenas estatísticas, inclusive da saúde. A saúde é um dos aspectos pelo qual a cultura perpassa e lhe confere singularidade:

Nesse contexto da saúde, a antropologia, explicação do papel da cultura no entendimento das doenças, alarga as possibilidades metodológicas introduzidas pela Epidemiologia e permitem um olhar mais consistente e detalhado sobre o estado de saúde das populações, revelando diferenças e apontando as explicações cabíveis para cada caso (Machado, 2004, p. 25).

O conceito de saúde atual ultrapassa aquele velho conhecido por todos nós, que entende saúde como o estado de equilíbrio entre as funções físicas e mentais do indivíduo. Saúde está relacionada às condições básicas de existência como um direito social, que se resume no espaço da conquista dos direitos. O que saúde para um ribeirinho?

“Comer peixe faz bem pra saúde e pra inteligência da saúde. Fazer exercício também faz com que previna certos tipos de doença.” (Morador 2). Ele relaciona boa alimentação, prática de exercícios físicos e saúde e ressalta o seguinte: “O meu exercício é mesmo quando eu trabalho”, pautando a importância das práticas cotidianas relacionadas ao trabalho para a manutenção da saúde. Nas falas apresentadas é perceptível a relação entre alimentação e atividade física, práticas feitas em momentos específicos de cuidados com a saúde e no cotidiano do trabalho.

Um morador ao falar sobre saúde, diz o seguinte: “Tem que ter cuidados, queimar o lixo, não ficar com água parada.” (Morador 5). É notório que a compreensão acerca da saúde ultrapassa relação do homem (do ser humano) consigo e volta-se também à relação saúde e cuidado com o meio. No ambiente rural ribeirinho a relação com o meio ambiente torna-se uma relação de extensão do próprio homem (do ser humano). O meio ambiente compõe parte do contexto de maneira efetiva. Para os ribeirinhos da Comunidade Igarapé do Samaúma a saúde é o reflexo da palavra cuidar. Porém, as práticas de saúde, o modo como são desenvolvidas distanciam-se do contexto do ribeirinho, dos recursos que ele dispõe no espaço comunitário ou dentro de casa. Presenciamos alguns episódios de doença na comunidade, tais como: diarreia, dor de cabeça, dor na

coluna, esses os mais comuns. Em um desses episódios, escutamos o seguinte:

Queria que essa menina fosse logo no posto. (Morador 1).

Ela toma remédio que o médico passou, mas ela nunca se curou. (Morador 6).

(...) tomo o remédio, mas aqui não tem onde comprar e aí quando não tem minha pressão sobe e me dá logo dor de cabeça. (Morador 4).

Pelo exposto, inferimos os esses cuidados com a saúde são, na maioria das vezes, de difícil acesso aos ribeirinhos, logo a prevenção seria a melhor alternativa. Há que ampliar as investigações sobre a saúde para determinar em que investir com o objetivo garantir a saúde como um direito social, com atenção à prevenção e, por conseguinte, à promoção da saúde. Procurando fazer distinção analítica entre doença-processo e doença experiência, a Antropologia trata a primeira como “anormalidade” dos processos biológicos e/ou psicológicos e a segunda como experiência psicosocial. Nessa visão alternativa, a doença não é considerada como um simples reflexo do processo patológico (no sentido biomédico do termo), mas como uma construção cultural que se expressa em formas específicas de pensar e agir” (Uchôa, 1997, p. 90). Como vimos, a doença é um reflexo do cotidiano e seus processos do cuidar, não apenas uma condição patológica, mas existe toda uma história por trás dessa condição, um caminho para que se chegue até o ápice desse episódio. É esse caminho que precisamos desvendar levando em consideração a organização e os comportamentos singulares presentes na comunidade.

Verificamos a ausência de orientações sobre uma vida mais saudável, alimentação balanceada, práticas de atividades físicas e outros assuntos voltadas à realidade dos ribeirinhos, principalmente em relação à prevenção das chamadas doenças crônicas desencadeadas pelos maus hábitos de vida, a exemplo do

sedentarismo⁷. Identificamos a presença das doenças crônicas e de maus hábitos entre os ribeirinhos, conforme mostra o relato a seguir.

Esse derrame tá matando demais gente, meu marido morreu desse derrame, ele fumava muito, fumou até quando tava se sentindo mal. Fomentei ele com álcool. Ele foi pro Mazagão atrás da Doutora no hospital e ela encaminhou ele pra Macapá, ele nunca tinha ido no hospital, ele fazia tudo. Ele disse que o dia que ele deitasse em um leito de hospital ele não voltava pra casa. Ele não sabia que tinha a pressão alta, ele sentia muita dor de cabeça, nem ligava pra saúde, nem ligava pras coisa. Depois que ele morreu as meninas cuidaram de mim, senão eu já tinha morrido também, começou com a tireoide, as meninas fizeram um monte de exame em mim. Eu sinto demais sono por causa que eu tomo demais remédio (Morador 1).

Diante deste quadro podemos notar que: “De qualquer forma, a partir desta visão local que se tem, mostra que os esforços da Medicina estiveram sempre mais associados à ideia de vencer a doença, do que à meta de promover a saúde” (Machado, 2004, p. 38). Depreendemos que a promoção de saúde é essencial no contexto social estudado, visto que neste o acesso às políticas públicas de combate e de acesso aos serviços de saúde são tão difíceis devido à distância entre as duas margens do rio. Compreendemos que uma das formas mais eficazes de promoção da saúde são as práticas corporais, notadamente diante de um quadro de sedentarismo, que é um fator desencadeante das chamadas doenças crônicas não-transmissíveis que vitimam grande parte as populações ribeirinhos. Defendemos a premissa de que os valores, conhecimentos e comportamentos culturais atrelados à saúde formam um sistema sociocultural integrado, que envolve os fatores relativos aos seres humanos, ao ambiente e a maneira que este comporta-se frente as situações cotidianas, o que chamamos de cuidar. Entendemos que as questões relativas à saúde requerem uma análise atenta as dimensões da vida social, mediadas e permeadas pela cultura que confere sentido a essas experiências.

É necessário levar em consideração as representações de saúde das populações. Estas representações sociais de saúde/doença, como expressão social e individual, cuja linguagem sobre a saúde/doença não tem como primeiro referencial o corpo, e sim, a sociedade e as relações ali existentes. A origem da representação da doença se apóia em fatores endógenos e exógenos⁸, presentes nas concepções dos povos, qualquer que seja sua cultura e a fase histórica em que viveram ou vivem (Minayo, 2000). Em outras palavras, as explicações do surgimento da doença por causas externas ao organismo estão ligadas também à sociedade levando as pessoas, através da influência cultural, a se adequarem a modos de vida pouco saudáveis.

Características sociais e culturais de populações específicas podem introduzir variações importantes na sintomatologia, na etiologia e nos comportamentos adotados pelos indivíduos para enfrentar as doenças ou mesmo para a manutenção da saúde (prevenção) (Machado, 2004). Ressaltamos ainda que: “Os estudos sobre transição ecológica sugerem a existência, no processo de urbanização das sociedades, de uma etapa típica dos países em desenvolvimento, na qual coexistem situações em que os setores mais ricos passam a ser vitimados, prioritariamente, por doenças crônicas não infecciosas e os setores mais pobres permanecem afetados por doenças infecciosas e nutricionais, embora também sejam atingidos por doenças crônicas não infecciosas, por violências e por outros fatores próprios do modo de vida urbano. Isso aconteceria sempre que, nos espaços submetidos à urbanização, subsistem contextos sociais com condições desiguais de acesso aos benefícios trazidos pela modernização e de usufruto desses benefícios”. Machado (2004, p. 30). O morador 5 e o morador 6 têm hipertensão arterial, o que se caracteriza como um reflexo do “desenvolvimento” que trouxe alguns hábitos da sociedade urbana com as inúmeras facilidades que a vida moderna oferece. Em relação à saúde um interlocutor retrata:

Eu ando igual uma farmácia, tomo um monte e remédio controlado, é artrose, é osteoporose”, “Se eu for contar meu pobrema é uma novela” – referindo-se às doenças e continua “Eu sofro da tireoide, uma inflamação que dá na garganta, as vez vai pra dentro as vez vai pra fora, sabe? (Morador 1).

Mas as patologias não são entidades que se incorporam nas pessoas, como quaisquer outras coisas, elas dependem de condições para crescerem e se desenvolverem. E o desfecho, é apenas um clímax de um processo que começa muito antes, como é o caso das doenças crônicas. “Mecanismos sociológicos, econômicos ou situações ambientais têm, pois, forte interferência na criação das condições de adoecimento, na manifestação e na incidência de doenças, e, às vezes, na própria origem de patologias. Uma doença, considera em si mesma, tem múltiplas razões para acontecer – um vírus ou uma bactéria precisam de condições ambientais como qualquer outro ser vivo, a degeneração precoce dos organismos reflete situações extra orgânicas, e é preciso buscar no passado, na geração anterior, as razões para as anomalias genéticas. E o que era controlável ontem, pode não ser hoje, em razão de alterações sociológicas radicais - bem como o que parece ser simples para uns, se torna fatal para outros”. (Furtado, 1997, p. 135).

Face à amplitude dos desafios existentes no mundo e nas ciências, novas formas de consciência são requeridas no campo da saúde. Esses desafios demandam a participação dos profissionais nas transformações que as pessoas e o planeta como um todo anseiam e necessitam. Para que essa participação seja mais efetiva, é necessário ampliar o foco das concepções existentes e desenvolver novas categorias, com novos ângulos de sentido e de ação. Acredito que o momento histórico exige transcender a disciplinaridade e a unidimensionalidade e, em uma perspectiva integradora, pensar soluções para os problemas do presente e possíveis reorientações para o futuro. “Se não estamos considerando todas as redes, no trato do cuidar da saúde, estamos reduzindo-o e simplificando-o, o que não condiz com a visão complexa da realidade” (Teixeira, 2000, p. 182)

A questão a destacar é que o senso comum, o mundo das experiências de vida, o mundo da vida cotidiana deixaram de ser referência e passaram a ser interferência no cuidar, de essência passou a ser ausência, como no caso de algumas práticas que deixaram de ser levadas em consideração pelo fato de o cuidar estar relacionado ao uso de remédios, ida ao médico, em oposição às experiências antes existentes quando uma margem era muito mais distante da outra pois o trabalho humano de remar tornava-o assim.

Mas, apesar de todas as dificuldades de acesso à maioria dos serviços básicos, dentre eles os de saúde, os ribeirinhos, em suas falas, consideram que a saúde no seu contexto local é “boa”, pois o significado de saúde para eles vai além da ausência de doenças, incluindo outras condições do ambiente ribeirinho, como ar puro, pouco barulho, destacando também o seu bem-estar social e individual. Os problemas de saúde e ambiente apresentam elevados níveis de complexidade, incertezas e vulnerabilidades, exigindo análises integradas e holísticas que apontem para ações mais efetivas na promoção de saúde (Porto, 2004).

Num processo de desenvolvimento há tempo para que as alterações que se processam nesses planos se façam de forma progressiva, permitindo correções gradativas, acumulação de experiências e controle de desequilíbrios. Os saltos de crescimento – principalmente para atender necessidades outras que não as da população envolvida no processo – não permitem esta mudança controlada. Altera-se violentamente o plano físico, depreda-se o plano biótico – e as consequências para o plano antrópico são, muitas vezes terríveis.

Isso vem acontecendo de forma sistemática, na Amazônia. Injeta-se a tecnologia, tenta-se a renda a qualquer preço e sonega-se informação – ninguém desconhece que as populações amazônicas são as que menos opinam sobre o seu próprio destino. Por isso, se torna necessária uma revisão sobre os saberes dos povos tradicionais da Amazônia, entre eles os da “beira dos rios”, inclusive do saber-saúde que rege a sistemática do cuidar naquela região, começando pela admissão da complexidade da saúde, as

motivações existentes e suas relações com o indivíduo e o ambiente que o cerca, assim como das relações sociais.

Considerações

Neste sentido faz-se necessário uma justeza, contrária à sobreposição de valores e hierarquização de conhecimentos que por ora impera, em que poderíamos ter um diálogo entre os saberes da tradição cultural das comunidades ribeirinhas e as proposituras de cuidados advindos das ciências biomédicas promovidas pelos profissionais da saúde via política pública.

Reconhecemos as peculiaridades do modo de vida ribeirinho, a presença constante da mata e dos rios, o vai e vem das marés, o distanciamento dos vizinhos, mas também precisa ser visualizado o encurtamento desta distância através dos aparatos tecnológicos que constituem aspectos do cenário onde a comunidade das ilhas desenvolve um modo de vida típico a qual sua cultura foi capaz de moldar.

São as manifestações culturais as responsáveis por esses moldes que dão formas à sociedade, inerentes às pessoas que de lá daquela região fazem parte, caracterizando uma espécie de pertencimento que não é regido por normas ditadas mas, por vários modos de olhar o mundo que são frutos de interações, de saberes, de fazeres, de uma rede infinita de conhecimentos que, neste caso específico foi delimitada pelos conhecimentos referentes às práticas sociais e à saúde, moldados não pelo olhar muitas vezes excludente do modelo científico mas, do pensamento selvagem que acredita que o conhecimento não sistematizado apresenta verdades e precisa ser considerado, para isso, exalta-se aqui o saber da beira dos rios e sua valorização.

Este estudo entende, portanto, que os fenômenos culturais, sobretudo aqueles relativos às práticas cotidianas que ocorrem no contexto cultural de ribeirinhos, ocorrem de uma forma sistêmica, dialética e contextualizada e que todos os aspectos que envolvem tais situações, como as interações interpessoais e com os contextos,

configuram-se como reveladores do modo de vida dos sujeitos envolvidos e como indicadores importantes para o estudo destas práticas.

No caso do ribeirão da Comunidade Igarapé do Samaúma, o morar na beira do rio e depender dele, as trocas culturais entre as duas margens do rio, a chegada da energia elétrica e suas “facilidades” típicos daquele contexto parecem influenciar diretamente nas práticas sociais que lá são encontradas, é evidente portanto que a cultura não se trata de um sistema fechado.

A cultura ribeirinha, portanto, é reconstruída sempre com o vai e vem das marés, recriando e inventando novas práticas e maneiras de compreendê-las, assim como a sua relação com a saúde. Assim, as redes e suas manifestações simbólicas são fruto e instrumento do modo de vida desses povos.

Referências

- BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 316.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: UFPA, 2001.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org.). **Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA/NUMA, 1997.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

- KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. **Pesquisa em Educação: Conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LANGDON, Esther Jean; WIIK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 18, n. 3, [09 telas], mai-jun. 2010. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae.
- LARAIA, R. **Cultura: um conceito antropológico**. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LE BRETON, David. **Sociologia do corpo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LOUREIRO, J. J. P. **Cultura amazônica: Uma poética do imaginário**. São Paulo, SP: Escrituras, 2000.
- MACHADO, Maria das Dores de Jesus. Diferenças intra-urbanas de saúde em Belém, Pará. Belém: NAEA, 2004. (obs: repetido)
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000, p. 7-18.
- MONTEIRO, Rodrigo Márcio Gomes; CÂMARA, Rizomar Barreto da. **Valorização da Cultura Mazaganense: origem e simbologia da dança do Sairé no distrito do Carvão**. In: 62ª Reunião Anual da SBPC, 2009, [Anais...].
- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEIRANO, Mariza. **Apontamentos sobre rituais, eventos e política**. ANPOCS, 2002.
- PEIRANO, Mariza. **Rituais com estratégia analítica e abordagem etnográfica**. Série Antropologia, Brasília, 2001.
- PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.
- RIBEIRO, Marcela Arantes. **Entre o rio e a mata: história oral e espaço vivido em comunidades ribeirinhas**. In: 10º Encontro de História Oral, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br>.

SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (Org.). **Práticas corporais**: gênese de um movimento investigativo em Educação Física. Florianópolis: Nauembla Ciência & Arte

SOUZA, Adirleide Greice Carmo de; DIAS, Rafael Dantas. **Impactos sociais provocados por embarcações de grande porte à comunidade de pescadores Mazagão/AP**. In: XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e PRÉ-ALAS BRASIL, setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI.

TEIXEIRA, Elizabeth. Travessias, redes e nós: complexidade do cuidar cotidiano de saúde entre ribeirinhos. Escola Anna Nery **Revista de Enfermagem**, v. 4, n. 2, ago. 2000, p. 269-278. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127718323015>.

UCHÔA, E. **Epidemiologia e Antropologia**: contribuições para uma abordagem dos aspectos transculturais da depressão. In: CANESQUI, Ana Maria (Org.). Ciências Sociais e Saúde. São Paulo: UCITEC-ABRASCO, 1997. p. 87-109.

4

ATIVIDADE FÍSICA DO TRABALHO E DO LAZER E SUA ASSOCIAÇÃO COM VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS: um estudo com a comunidade ribeirinha do rio maniva no interior do Afuá/PA

Jacson Douglas Figueira de Souza (UNIFAP)¹

Álvaro Adolfo Duarte Alberto (UNIFAP)²

Apresentação

Na Amazônia, a denominação de ribeirinhos é utilizada “para as populações tradicionais que usufruem dos rios como principal fonte de acesso e trocas” (Couto, 2015, p. 28). No entanto, segundo a referida autora, essa descrição é muito simplificada e não condiz com a magnitude desse grupo social composto de muitas particularidades. Dentre essas particularidades destacam-se as ambientais e as culturais que permeiam as dinâmicas e as relações de trabalho nessas populações, que têm um modo de produção não industrial, demandam esforço e aptidão física. No entanto, o cotidiano das populações ribeirinhas mostra as implicações disso para questões amplas sobre o comportamento e a saúde humana, devido à geografia da mesma, torna-se um fator agravante na disseminação de informações e programas que levem os benefícios

¹ Jacson Douglas Figueira de Souza. Discente do Curso de Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Amapá. E-mail: jacsondouglassf39@gmail.com

² Álvaro Adolfo Duarte Alberto. Docente do Curso de Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Amapá. E-mail: alvarod@ig.com.br

da mesma a todos na região, incluindo as zonas rurais (Miranda *et al.*, 2012). Assim, torna-se relevante compreender a Atividade Física numa perspectiva participativa, intersetorial e de múltipla estratégia, voltada para o desenvolvimento integral das habilidades e capacidades da população nas diferentes faixas etárias, para que essas estejam empoderadas para reduzir suas iniquidades e melhorar suas condições de vida e saúde (Carvalho; Nogueira, 2016).

Apesar das evidências científicas apontarem inúmeros benefícios da prática regular de Atividade Física na saúde e qualidade de vida em todas as idades, níveis insuficientes de Atividade Física têm sido verificados em diferentes populações, sendo considerado como o quarto principal fator de risco para a mortalidade mundial. Nas capitais brasileiras, 13,7% dos adultos são insuficientemente ativos fisicamente, sendo mais elevados em pessoas do sexo feminino e com menor escolarização (VIGITEL, (2016).

No entanto, há uma escassez de estudos sobre o tema de Atividade Física na Região Norte, ou mesmo a quase inexistência de pesquisas realizadas com populações tradicionais (do campo e da floresta) ou domiciliadas na zona rural do Brasil, desconsiderando que 15,28% da população brasileira ainda vivem nessas localidades e apresentam diversas iniquidades sociais (Silva *et al.*, 2014; BRASIL, 2013; IBGE, 2022).

A prática de Atividade Física ainda é um fator em crescimento no Brasil, mas não há, a mensuração exata dos níveis desta prática na população da Região Norte, devido sua geografia, assim torna-se um fator agravante na disseminação de informações e programas que levem os benefícios da mesma a todos na região, incluindo as zonas rurais (Miranda *et al.*, 2012). Desta forma, surge o interesse destes pesquisadores pelo referido tema, por conhecerem a realidade e pela vivência junto às comunidades ribeirinhas. Diante a interpretação dos contextos, potenciada pela extrema heterogeneidade étnica e fortes diferenças socioeconômicas da população amazônida aliadas às informações dos resultados podem representar um dos principais focos das discussões sobre saúde

pública, principalmente em regiões brasileiras de diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022) define Atividade Física como sendo qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que requeiram gasto de energia, incluindo atividades praticadas durante o trabalho, jogos, execução de tarefas domésticas e em atividades de lazer. Assim, a Atividade Física de lazer é um dos poucos comportamentos benéficos à saúde mais prevalente entre homens que entre mulheres (Nogueira, 2009). Portanto, ressalta-se a prática regular de Atividades Físicas, de um modo geral, como uma opção comportamental de suma importância para o funcionamento corpóreo, como nos efeitos psicológicos melhorando a auto-estima, e o comportamento social, aprimorando a condição de saúde das pessoas (Miranda *et al.*, 2012).

Neste sentido, este estudo, tem como objetivo determinar o nível geral de Atividade Física e sua associação com fatores sociodemográficos de uma comunidade de ribeirinhos localizada no Rio Maniva, no interior do município de Afuá no estado do Pará e; especificamente identificar as características das idades e do Índice de Massa Corporal (IMC) dos participantes que estão associadas com o nível de Atividade Física.

Portanto, destaca-se o caráter inédito do presente estudo, pois, as características específicas dessa população são consideradas como uma ferramenta para a compreensão das múltiplas diversidades na Amazônia, sendo necessário à sua identificação cultural e regional. O presente estudo traz em suas análises uma breve visão, de como se comportam as populações da zona rural quanto a prática de Atividade Física do trabalho e do lazer, se faz importante para que informações gerem estudos mais profundos sobre a temática em questão.

Materiais e Métodos

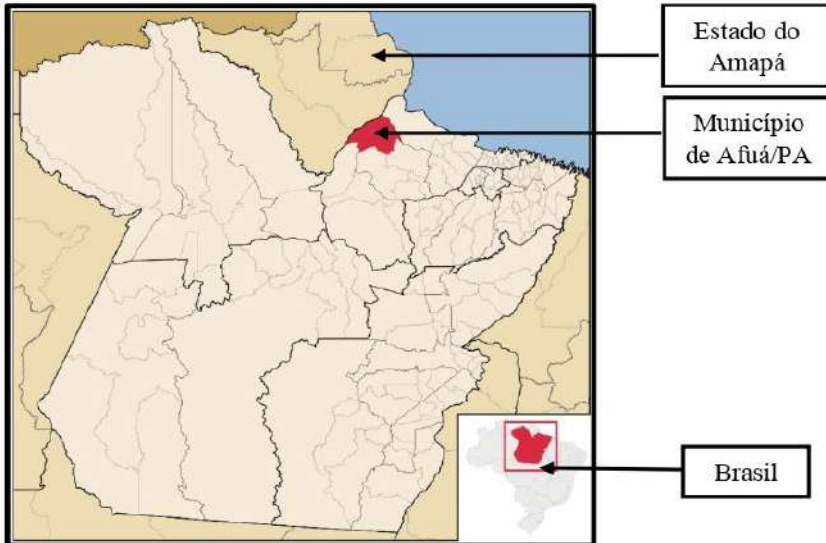
Este estudo é caracterizado, segundo Thomas, Nelson e Silverman (2010) como do tipo descritivo com modelo de corte transversal, realizado com moradores ribeirinhos na comunidade do Rio Maniva no interior do município de Afuá no estado do Pará. A comunidade do Rio Maniva pertence ao estado do Pará distante cerca de 40 minutos por transporte fluvial motorizado (lancha) do município de Santana no estado do Amapá. Esta comunidade tem um modelo de desenvolvimento sustentável, onde o Homem retira da natureza, usufrui de seus benefícios sem destruí-la. Apesar da localidade pertencer ao município de Afuá/PA, ela é mais próxima de Santana/AP e Macapá/AP, para onde os moradores escoam os seus produtos como: peixe, camarão, açaí, ervas medicinais e sementes de andiroba³, pracaxi⁴ e murumuru⁵ dentre outras.

³ Na região Amazônica, da semente de andiroba se extrai um óleo que é amplamente utilizado pela população local como tendo ação **antibactericida**, **antifúngica** e **antiviral**, além de ser **repelente**.

⁴ Da semente de pracaxi se extrai um óleo que possui propriedades cicatrizantes de uso tópico. É usado também para tratar dores musculares, inflamações, dermatites, psoríase, picada de cobra e feridas em geral, e também tem ação repelente contra insetos.

⁵ Da semente de murumuru se extrai um óleo que é altamente nutritivo e hidratante, para tratamento intensivo dos cabelos.

Figura 1: Localização geográfica do Município de Afuá/PA.



Fonte: Abreu, 2006.

Os dados foram coletados de uma população de 40 moradores de ambos os sexos e com idade entre 19 e 51 anos que concordaram em participar do estudo e tendo como critério de inclusão: residir na comunidade e ser maior de 19 anos de idade. Considerou-se como critério de exclusão, para a participação neste estudo, moradores com algum impedimento físico no momento das avaliações e os que não apresentaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinado.

A coleta dos dados foi realizada na referida comunidade e durante os dias de 02 e 03 de dezembro de 2022 e nos dias 13, 14 e 15 de janeiro de 2023 pelos autores do estudo, sendo constituída das seguintes variáveis: Avaliação da prática habitual de Atividade Física do trabalho e do lazer (variável dependente); aferição das medidas antropométricas de peso corporal (kg) e estatura (m); idade e sexo (variáveis independentes). A avaliação da prática habitual de Atividade Física foi obtida por intermédio do Questionário Internacional de Atividade Física (*International Physical Activity Questionnaire-IPAQ*). O IPAQ foi proposto pelo

Grupo Internacional para Consenso em Medidas da Atividade Física, constituído sob a chancela da Organização Mundial da Saúde, com representantes de 25 países, inclusive o Brasil (Craig *et al.*, 2003). Optou-se por analisar o questionário de autoadministração em seu formato curto, versão 8, tendo como referência a última semana. Esta avaliação leva em conta a duração e a frequência das atividades físicas realizadas em uma semana, considerando-se apenas sessões acima de 10 minutos contínuos.

Neste estudo foi considerado como desfecho a Atividade Física, definida como praticar atividades físicas de intensidade vigorosa e/ou moderada dentro ou fora do ambiente de trabalho, de forma estruturada ou não estruturada por um tempo igual ou maior que 150 minutos por semana, segundo a recomendação da Atividade Física para adultos (WHO, 2010).

As variáveis independentes analisadas foram: sexo (masculino e feminino); idade (para a análise foram agrupadas em moradores de 19-30; 31-40; 41-51 anos) coletadas no momento da aplicação do IPAQ e; estado antropométrico (IMC). As medidas antropométricas de peso corporal e estatura foram coletadas na comunidade estudada, pelos pesquisadores responsáveis pelo estudo, seguindo os procedimentos preconizados pelo *Anthropometric Standardization Reference Manual* (Lohman; Roche; Martorell, 1988).

A aferição do peso corporal (kg) foi realizada com uma balança digital marca Plenna Beauty Bel-00600 com capacidade máxima de pesagem de 150 kg e precisão de 100 gramas; a estatura (m) foi obtida por meio de um Estadiômetro Portátil *Caprice Sanny* ES-2060, com fita métrica tipo trena com distancia variando de 115 a 210 cm, com cursor antropométrico. A avaliação do estado antropométrico, foi baseada em valores de percentil do Índice de Massa Corporal (IMC), de acordo com a fórmula $IMC = \text{peso (Kg)} / \text{estatura}^2(\text{m})$, para sexo e idade. Quanto a classificação foi utilizada a proposta da *World Health Organization* (WHO, 2006) que estabelece os seguintes indicadores: magreza ou baixo peso (<

percentil 3), eutrofia (\geq percentil 3 e $<$ percentil 85), sobrepeso (\geq percentil 85 e $<$ percentil 97) e obesidade (\geq percentil 97).

Utilizou-se a análise estatística descritiva para caracterização da população de estudo, bem como na determinação dos níveis de Atividade Física em percentuais (%) e posteriormente na associação a possíveis fatores como idade, sexo e IMC.

Resultados

A amostra estudada foi composta por 40 moradores ribeirinhos na comunidade do Rio Maniva no interior de Afuá/PA com idade ente 19-51 anos de ambos os sexos. A distribuição dos moradores participantes do estudo, segundo as variáveis de sexo, idade e IMC são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição da amostra, segundo as categorias das variáveis do estudo em moradores da comunidade do Rio Maniva no interior de Afuá/PA, (N=40), 2023.

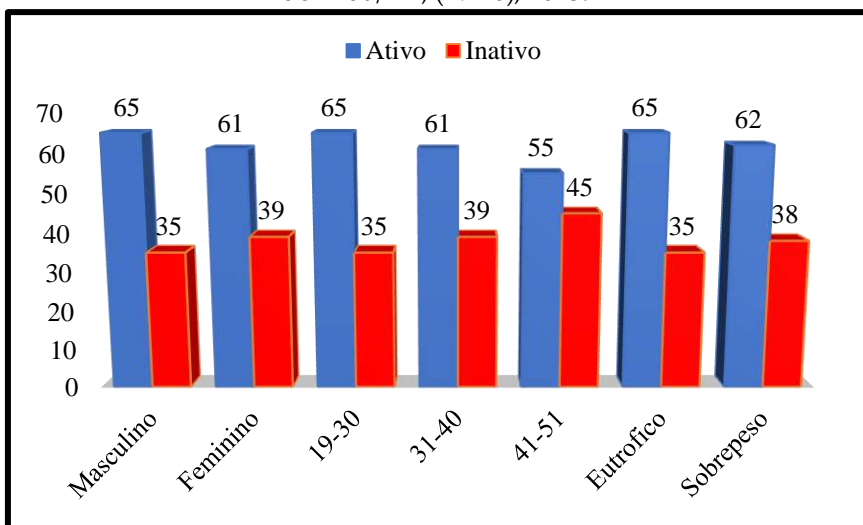
Variáveis	n	%
SEXO		
Maculino	25	62,5
Feminino	15	37,5
IDADE		
19-30	15	37,5
31-40	15	37,5
41-51	10	25
IMC		
Eutrófico	32	80
Sobrepeso	06	15
Obeso	02	05

Fonte: Autores do estudo.

Os níveis de Atividade Física habitual, mensurados pelo IPAQ, em moradores da comunidade do Rio Maniva no interior de Afuá/PA de 19 a 51 anos de idade de ambos os sexos

demonstraram que 63% dos estudados foram considerados como ativos fisicamente e 37% como inativos. No gráfico 1, são apresentados os resultados entre as variáveis associadas à Atividade Física na amostra estudada.

Gráfico 1: Distribuição dos níveis de Atividade Física de acordo com o sexo, idade e IMC moradores da comunidade do Rio Maniva no interior de Afuá/PA, (N=40), 2023.



Fonte: Autores do estudo.

A análise mostra que os maiores níveis de Atividade Física estão associados com sexo dos moradores, sendo maior no masculino; com o fato de estarem na faixa etária de 19-30 anos e; entre os que estão com o IMC normal (eutrofico).

Discussão

A pratica regular de Ativiade Fisica é fundamental em qualquer idade e tem sido considerada um meio de preservar e melhorar a saúde e a qualidade de vida do ser humano (Freire *et al.* 2014). No entanto, a Atividade Física encontra-se inversamente associada a diferentes fatores de risco à saúde (aumento dos níveis pressóricos,

lipídicos e glicêmicos), reduzindo em cerca de 30% a 35% a mortalidade prematura por todas essas causas (Reimers *et al.*, 2012).

Os resultados do presente estudo demonstraram que mais de seis em cada dez moradores da comunidade do Rio Maniva no interior de Afuá/PA, de ambos os sexos e com idades entre 19 e 51 anos, realizam Atividade Física suficiente, assemelhando-se a resultados de estudos descritos por Rodrigues *et al.* (2020) conduzidos com adultos quilombolas baianos de ambos os sexos e por Bicalho *et al.* (2010) efetivados com adultos de área rural em Minas Gerais, Brasil.

Estes achados podem ser justificados em função das condições e modos de vida das diferentes regiões do Brasil e as características específicas das comunidades, em particular as rurais, pois na comunidade estudada as atividades laborais e de lazer como: extração de madeira, palmito, colheitas do açaí e sementes como também jogos de futebol aos finais da tarde praticado por homens e mulheres e fins de semana a participação em festas dançantes. Além disso, as comunidades rurais do Brasil apresentam características que se diferem dependendo da região em que estão inseridas, das condições climáticas, do tipo de vegetação e de uma série de outros fatores que determinam as atividades rurais predominantes, situação que pode explicar as diferenças observadas nas prevalências de Atividade Física entre essas populações (Bezerra *et al.*, 2015). No entanto, outros estudos conduzidos com esta mesma temática relataram reduções nos níveis de Atividade Física em moradores de áreas rurais do Brasil (Mussi *et al.*, 2020).

Essas divergências podem ser explicadas pela utilização de diferentes instrumentos de mensuração e avaliação da Atividade Física que podem gerar resultados discrepantes quanto ao desfecho investigado. Apesar, de se utilizar o mesmo instrumento de aferição dos níveis de Atividade Física, e não considerando algum domínio de verificação de Atividade Física para interpretação dos resultados, podem-se gerar índices diferentes daqueles identificados por estudos que utilizam mais domínios (Malta *et al.*, 2015).

Apesar dos níveis de Atividade Física serem similares entre os moradores de ambos os sexos se observou, no presente estudo, que os homens apresentaram níveis mais elevados (65%) em comparação às mulheres (61%). Estes achados podem estar relacionados ao estado marital e o nível de lazer ativo que desfavorecem as mulheres, de forma mais acentuada ainda em países subdesenvolvidos, dadas as condições sociais adversas e a grande demanda de trabalho doméstico na família (Gonçalves *et al.*, 2011). Por outro lado, um estudo conduzido por Lopes *et al.* (2010), desenvolvido em Lages/SC com o objetivo de estimar a prevalência de Atividade Física insuficiente na população adulta, observou que 29,1% das mulheres e 31,9% dos homens foram classificados como insuficientemente ativos. Segundo os referidos autores, os índices constatados estão associados positivamente com idade elevada, renda familiar alta e obesidade. Além disso, é importante ressaltar que as divergências encontradas nos resultados de diversos estudos podem estar no emprego de diferentes instrumentos de mensuração da Atividade Física. Alguns instrumentos não consideraram determinados domínios de verificação de Atividade Física na interpretação dos dados, o que pode gerar resultados diferentes, portanto, estes resultados devem ser interpretados com cautela.

Em relação a faixa etária verificou-se, no presente estudo, declínio dos níveis de Atividade Física com o passar da idade. Estes resultados são similares aos de Pitanga *et al.* (2012); Campos; Maciel; Rodrigues Neto (2012) que identificaram alterações significativas nos níveis de atividade física com o aumento da idade. Uma possível explicação para este fato pode estar na redução da capacidade funcional com o aumento da idade, que, por conseguinte, limita a sua autonomia para a realização de atividades da vida diária tanto no trabalho e especialmente no lazer, independentemente da área de domicílio (WHO, 2010). Estes achados conduzem à reflexão de que estratégias de intervenção devem ser direcionadas às pessoas com idades mais avançadas, levando a considerar a promoção da Atividade Física em todas as

idades uma prioridade em saúde pública, inserindo essa meta nos programas de saúde.

Os resultados do presente estudo demonstraram que níveis adequados de Atividade Física estão associados ao IMC normal, corroborando com resultados descritos por Gonçalves *et al.* (2011) evidenciando que pessoas ao praticarem Atividade Física regular, seja no trabalho ou no lazer, apresentam o IMC dentro do desejado, evitando assim o sobrepeso e a obesidade. Estes achados podem estar relacionados às condições e modos de vida das diferentes regiões do Brasil e as características específicas das comunidades, em particular as rurais. Assim, estudos demonstram que o maior benefício da Atividade Física está em favorecer a manutenção do peso corporal em médio e longo prazo, além da possibilidade de manter o gasto calórico elevado por minutos ou horas após a prática da Atividade Física (Reis Filho *et al.*, 2008).

Portanto, é importante ressaltar que a divergência dos resultados aqui apresentados, em relação a outros estudos de âmbito populacional, pode ser explicada pelas particularidades sociodemográficas, econômicas, ambientais, laborais e comportamentais da população estudada. Outros estudos, conduzidos com populações rurais apontam que as particularidades deste meio dificultam comparações com resultados encontrados em populações urbanas, até mesmo com populações rurais de outras regiões brasileiras (Wanzeler; Nogueira, 2019; Martins; Silva; Hallal, 2018; Bezerra *et al.*, 2015).

Este estudo apresenta algumas limitações tais como: a utilização de um instrumento que avalia a Atividade Física de maneira global. O fato de a amostra englobar apenas moradores de uma comunidade ribeirinha não permite a generalização dos resultados para outras áreas rurais do Brasil. A idade dos participantes do estudo limitou-se ao intervalo entre 19-51 anos, período no qual possíveis variações nos níveis adequados de Atividade Física podem ser mais acentuadas, impedindo comparações entre outras faixas etárias.

Considerações

Com base nos achados do presente estudo, é possível afirmar que, além dos determinantes ambientais e culturais de cada região ou população, fatores como sexo, idade e estado nutricional estiveram associados positivamente com os níveis adequados de Atividade Física. Portanto, parece que os ribeirinhos amazônicos, pelo estilo de vida, aparentam ser mais ativos que outras populações de diversas faixas etárias e regiões do país.

Longe de ser conclusivo, este estudo aponta a necessidade de mais estudos que levem em consideração a representatividade, as características e as especificidades das diversas comunidades ribeirinhas espalhadas pelo país. Espera-se que os dados levantados possam aguçar a curiosidade e interesse de outros pesquisadores para a realização de novos estudos, acerca das Atividades Física seja no trabalho ou no lazer, juntamente à estas comunidades amazônicas. Pois é grande a existência de uma extensa lacuna de informação que possa relacionar a Atividade Física, com populações ribeirinhas e, de forma ampla, na região Norte do país.

Referências

- ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Map of Pará State**. 2006. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Afu%C3%A1#/media/Ficheiro:Para_Municip_Afua.svg. Acesso em: 10 de mai. 2024.
- BEZERRA, Vanessa Moraes. *et al.* Domínios de atividade física em comunidades quilombolas do sudoeste da Bahia, Brasil: estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n.6, p.1213-1224, 2015.
- BICALHO, Paula Gonçalves. *et al.* Atividade física e fatores associados em adultos de área rural em Minas Gerais, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.44, n.5, p. 884-893, 2010.

BRASIL. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Avaliação de efetividade de programas de atividade física no Brasil**. Brasília, 2013.

CAMPOS, Maryane; MACIEL, Marcos; RODRIGUES NETO, João. Atividade física insuficiente: fatores associados e qualidade de vida. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v.17, n.6, p.562-572, 2012.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé. Práticas corporais e atividades físicas na perspectiva da Promoção da Saúde na Atenção Básica. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 21, n. 6, p.1829-1838, 2016.

COUTO, Mayra Hermínia Simões Hamad Farias do. **Qualidade de vida dos usuários do transporte fluvial na Amazônia: acessibilidade e políticas públicas**. 218 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CRAIG, Cora. *et al.* International Physical Activity Questionnaire:12-Country reliability and validity. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, v. 35, p. 1381-1395, 2003.

FREIRE, Rafael Silveira. *et al.* Prática regular de atividade física: estudo de base populacional no norte de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 20, n. 5, p. 345-349, 2014.

GONÇALVES, Hécio Rossi. *et al.* Associação entre IMC e Atividade Física em Adultos de Diferentes Níveis Socio-Econômicos. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 4, n. 2, p. 161-168, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOHMAN, Timothy; ROCHE, Alex; MARTORELL, Reynaldo. **Anthropometric Standardization Reference Manual**. Champaign, Illinois: Human Kinetics Books, 1988.

LOPES, João Altamiro. *et al.* Fatores associados à atividade física insuficiente em adultos: estudo de base populacional no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, n. 4, p. 689-698, 2010.

MALTA, Deborah Carvalho. *et al.* Estilos de vida da população brasileira: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 217-226, 2015.

MARTINS, Rafaela Costa; SILVA, Inácio Crochemore Mohnsam da; HALLAL, Pedro Curi. Atividade física na população rural de Pelotas, RS: prevalência e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v.19. 20, n. 52, p. 1-9, 2018.

MIRANDA, Elisangela Domingos. *et al.* Atividade física do trabalho versus atividade física do lazer: a falta de informação e incentivo em populações Ribeirinhas do Médio Solimões. **Saúde & Transformação Social**, v. 3, n. 1, p. 55-58, 2012.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas *et al.* Atividades físicas praticadas no tempo livre em comunidade quilombola do alto sertão baiano. **Licere**, v.18, n.1, p.157-187, 2015.

NOGUEIRA, Danielle. *et al.* Does leisure-time physical activity in early adult hood predict later physical activity? Pro-Saude Study. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.12, n.1, p. 3-9, 2009.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Dia Mundial da Atividade Física**. 2022. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/06-4-dia-mundial-da-atividade-fisica/#footer>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

PITANGA, Franciso José. *et al.* Fatores sociodemográficos associados aos diferentes domínios da atividade física em adultos de etnia negra. **Revista Brasileira de Epidemiologia**,v.15, n. 1, p.363-375, 2012.

REIMERS, Cal. *et al.* Does physical activity increase life expectancy? A review of the literature. **Journal Aging Reserch**, v. 2012, n.1, p.1-9, 2012.

REIS FILHO, Adilson Domingos dos. *et al.* Efeitos do treinamento em circuito ou caminhada após oito semanas de intervenção na composição corporal e aptidão física de mulheres obesas sedentárias. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 2, n.11, p.498-507, 2008.

RODRIGUES, Deyvis Nascimento. *et al.* Determinantes sociodemográficos associados ao nível de atividade física de

quilombolas baianos, inquérito de 2016. **Epidemiologia Serviço de Saúde**, v.29, n.3, p. 1-9, 2020.

SILVA, Bruna. *et al.* A contribuição do Brasil para a pesquisa em atividade física e saúde no cenário internacional. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 19, n. 5, p. 618-624, 2014.

THOMAS, Jerry; NELSON, Jack; SILVERMAN, Stephen. **Research methods in physical activity**. 6 ed. Champaign: Human Kinetics, 2010.

VIGITEL. **Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2016. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

WANZELER, Felipe Saul da Costa; NOGUEIRA, Júlia Aparecida Devidé. Atividade física em populações rurais do Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 27, n. 4, p. 228-240, 2019.

WHO. World Health Organization. Multicentre Growth Reference Study Group. **WHO Child Growth Standards: length/height-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age: methods and development**. Geneva: WHO, 2006.

WHO. World Health Organization. **Global recommendations on physical activity for health**. Geneva: WHO, 2010.

5

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: uma análise da inclusão do estudante com deficiência a partir da percepção de educandos e educadores da rede municipal de ensino de Oiapoque

Josivan dos Santos¹

Núbia da Silva Araújo²

Silvana Siqueira de Oliveira³

Rodrigo Coutinho Santos⁴

Introdução

Na atualidade, no âmbito escolar ainda há cenas de apatia, distinção e marginalização de pessoas com deficiência – PcD's, tais ações auxiliam para que o rendimento escolar seja baixo, podendo diminuir a autoestima do indivíduo (Sassaki, 2005). Faleiros e Pardo (2001) descrevem em seus estudos sobre educação inclusiva, verificou que os estudantes com deficiências incluídos no ensino regular de educação apresentaram ganhos quanto à socialização e a aprendizagem, contudo, a escola não fornece o apoio necessário para a “real inclusão” desses estudantes.

¹ Professor Licenciado em Educação Física. E-mail: jorsivanoyk@yahoo.com.br

² Professor Licenciado em Educação Física. E-mail: nubiaprincesadodevid@gmail.com

³ Professor Licenciado em Educação Física. E-mail: oliveirasilvana@gmail.com

⁴ Professor da Rede Estadual de Educação do Amapá – SEED, Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: rodrigo.coutinho@iced.ufpa.br

Assim sendo, buscou-se como propósito deste estudo avaliar o ponto de vista dos estudantes ditos “sem deficiência” sobre a inclusão dos “estudantes com deficiências” nas aulas de Educação Física - EF nas escolas do Município de Oiapoque-AP, e ainda descrever as Leis e Decretos que propõem a inclusão escolar das PcD’s na rede de ensino regular, demonstrando que é possível em nosso país o surgimento de ações que busquem a real inclusão dos deficientes na rede escolar.

É necessário se buscar em primeiro ponto a consciência comum de às PcD’s são cidadãos de direitos como todos, e o despertar para uma reconstrução ideológica na sociedade, que permita que as mesmas se sintam incluídas e que tenham seus direitos aplicados na prática.

Embora não seja fácil, cabe ao professor se despir da visão preconceituosa e favorecer o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais - NEE e fazer existir uma relação professor-aluno, tornando-se uma experiência inesquecível para ambos, pois existe a necessidade de orientar os estudantes sobre a questão da deficiência, para que os mesmos, respeitem as diferenças. Vygotsky (1997) descreve que as deficiências provocam na sociedade uma orientação social particular, segundo o autor “todas as organizações sociais, vínculos, referências, papel e destino são cortados pela influência de um tratamento social diferenciado desde a infância, no seio familiar e continuado na ação social”, assim sendo, o processo de degradação do trato para a PcD já se inicia no seio familiar, perpassando para a sociedade, e tendo a escola um espaço para se trabalhar e desmistificar as ações preconcebidas sobre o potencial das PcD’s.

Segundo Silva e Mudesto (2006) *apud* Nogueira (2011), entre os benefícios que a EF pode proporcionar às PcD’s, estão a oportunidade de verificar seus limites e aptidões, prevenção das patologias secundárias à sua deficiência e o envolvimento do sujeito com a sociedade com a qual convive, sendo que a inclusão nas aulas de EF, quando bem orientadas e estimuladas, pode viabilizar proveitos para todos. Corroborando com essa ideia,

Mantoan (2003) argumenta que esta prática beneficia a todos os alunos, também, aqueles sem deficiência.

A inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais na sala comum de ensino

O grande objetivo do processo de Inclusão é garantir que os estudantes com deficiência tenham o mesmo acesso à educação dada ao demais estudantes e em especial a mesma forma de participação nas aulas práticas de EF (Nogueira, 2011). Percebe-se que com o surgimento das Legislações e Leis, as escolas passaram à incluírem no ensino regular as PcD's, sendo essas ações devido a obrigatoriedade em Leis da matrícula na rede regular de ensino (Brasil, 2001), com isso ocorreu um grande aumento em estudos e pesquisas sobre essa temática, demonstrando que esses educandos já estão presentes no cotidiano das escolas, e que as escolas necessitam estar preparadas para oferecerem a eles um suporte adequado e garantir uma educação de qualidade. Tendo a inclusão como ideal, Kassar (2005) descreve “inclusão requisita compreender as condições favoráveis e necessárias para receber, manter e promover com plenas competências às PcD's, incluídas aquelas com necessidades especiais severas”.

Por muito tempo, a educação era privilégios para poucos. Por determinado tempo, as PcD's foram privadas da educação e do convívio social que a escola proporciona, vindo a surgir as primeiras escolas especiais somente no século passado, porém o trabalho com as crianças era como um atendimento clínico individual através de terapias com os profissionais da fisioterapia, psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia, entre outros (Lourenço, 2016).

Para buscar compreender a situação atual do Amapá, essa pesquisa teve como *locus* as escolas municipais de Oiapoque, no extremo norte do Estado, devido as mesmas atenderem diversas culturas (indígenas, rurais, ribeirinhas, dentre outras), sendo que as escolas deveriam, em tese, trabalhar a questão da

multiculturalidade não como forma de igualar as diferenças, mas mostrar para a comunidade escolar que as diferenças de cada indivíduo são válidas para torna-los únicos e com direitos iguais. Para Mantoan (2003, p. 16) “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”, ou seja, para que ocorra a inclusão é necessária uma mudança de mentalidade na questão de aceitar as diversas diferenças, não sendo essas somente ligado às deficiências, mas sim a toda a pluralidade da sociedade.

Sendo assim, a escola precisa rever suas políticas de ensino, e promover de fato a inclusão, que não olha para a deficiência do aluno como impedimento de desenvolver-se como os alunos ditos “normais”, mas sim, que trabalhe essas singularidades para dar-lhes os mesmos direitos de uma aprendizagem significativa. Não esquecendo que o preparo tem que ser de forma geral, ou seja, os “estudantes sem deficiência” também precisam estarem preparados para lidar com a deficiência do outro.

E interessante ressaltar que houve um grande processo, até chegar ao que conhecemos atualmente como inclusão das PcD's na sociedade. De forma bem árdua as PcD's foram ganhando espaço na vida social devido aos direitos assegurados através de Leis, Diretrizes e Normativas que garantiram o pleno direito a esse público.

Um grande marco na luta de direitos para às PcD's se deu através da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, onde estabeleceu os direitos naturais de todos os seres humanos, independentemente de nacionalidade, cor, sexo, orientação religiosa e política (Onu, 1948), surgindo a posteriores a “Declaração de Salamanca” (1994), que buscou refletir nas necessidades dos estudantes deficientes, em que a PcD tem direito a educação, e suas diferenças precisam ser trabalhadas, alavancando as questões de inclusão no processo de ensino-aprendizagem do estudante com NEE (Unesco, 1994). Como

também a “Convenção da Guatemala” (1999), que afirma que as PcD’s têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Já em caráter nacional, ocorrera a criação de diversas leis brasileira, destaca-se a Constituição Brasileira de 1988, afirmando que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988), a Lei nº 9.394/1996 – LDB que contribuiu de forma significativa para melhorias no que concerne a políticas de inclusão da PcD no sistema de ensino brasileiro (Brasil, 1996), mas foi através da Resolução nº02/2001 que tornou obrigatório a matrícula dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, e delegou a escola à adequação necessária ao atendimento desse público em sala de aula comum (Brasil, 2001). Tendo outro marco a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008, que descreve uma política de governo com foco na educação especial, onde a mesma deve integrar a proposta pedagógica da escola, com o objetivo de eliminar barreiras para a plena participação das PcD’s, Transtorno do Espectro Autista – TEA e altas habilidades/superdotação, por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE nas escolas públicas e privadas de educação básica (Brasil, 2008), estando vigente até os dias de hoje.

No entanto, uma das principais dificuldades para a inclusão da PcD ainda é o preconceito e a falta de entendimento das condições, dos potenciais e das possibilidades dessas pessoas (Sasaki, 2005). Portanto é importante enfatizar que mesmo no Brasil a inclusão só se efetivará a partir da aceitação desse processo pelos profissionais de educação.

É importante ressaltar, que o professor tem que estar preparado para lidar com o processo de inclusão. Ele deve garantir além do direito das PcD’s frequentarem as aulas, deve também garantir as condições necessárias de aprendizagem, adaptando sua

aula a heterogeneidade da turma respeitando cada aluno dentro de um grupo. Por outro lado, a interação aluno-aluno traz à tona as diferenças interpessoais, as realidades e experiências distintas que os mesmos trazem do ambiente familiar, ou seja, as formas como eles lidam com o diferente, os preconceitos e a falta de paciência em aceitar o outro como ele é.

Metodologia

O estudo desenvolvido foi qualitativo de caráter exploratório e descritivo. A amostra da pesquisa foi constituída por 21 pessoas, sendo 3 professores e 18 alunos, de três escolas da rede municipais da cidade de Oiapoque - AP, sendo elas: 1) Escola Municipal de ensino fundamental Prof. Rui Marques Lobo; 2) Escola Municipal de ensino fundamental II Anete Farias da Silva; 3) Escola Estadual Marcia do Socorro Lima de França. O propósito dessa pesquisa é buscar subsídios capazes de favorecer a reflexão ao fazer uma análise da inclusão do educando com deficiência a partir da percepção de estudantes e professores da rede municipal de ensino de Oiapoque.

A coleta de dados ocorreu em uma entrevista semiestruturada, elaborada e testada por meio de um estudo piloto e, posteriormente, aplicada na sala de aula sob orientação dos pesquisadores. Os entrevistados responderam as questões dentro de sala de aula. As entrevistas ocorreram através de questionário de perguntas abertas e fechadas, sendo 5 perguntas aos professores de Educação Física (1 de cada escola) e 5 perguntas fechadas aos alunos (6 de cada escola) escolhidos de forma aleatório conforme a disponibilidade em participar da pesquisa. Os critérios de inclusão da pesquisa foram: estar matriculado nas referidas escolas e que participasse das aulas de EF.

Resultados e discussão das entrevistas

O presente tópico apresenta os resultados dos dados coletados, por meio de uma abordagem qualitativa, tendo como base uma visão grupal e indireta dos participantes da pesquisa. Para isso se buscou identificar a percepção do modo de inclusão dos estudantes com deficiência, através da percepção dos estudantes “sem deficiência”, o que para Rodrigues e Capellini (2014, p. 37) “o ensino especial e inclusivo se faz a partir da consciência de pais, professores e todos que, direta ou indiretamente possui influência sobre a educação, logo torna-se essencial a participação de todos”.

A princípio foram realizadas as análises dos questionários referentes aos docentes, identificados como professor “A” da escola Rui Marque lobo; professor “B” da escola Marcia do Socorro e professor “C” da escola Anete Farias. Os resultados das análises referente as perguntas feitas aos docentes, a primeira pergunta foi destacada a opinião dos entrevistados quanto à preparação da escola para receber alunos com deficiência, sendo perguntado: “Você acha que sua escola está preparada para receber pessoas com deficiência? Por quê?”. Observou-se que as respostas foram diferentes, sendo O professor “A” respondeu “não” e justificou “– A escola ainda não possui uma estrutura adequada para todas as classes de deficiências”. Já o professor “B” respondeu “sim” e respondeu que “–O corpo docente é mais preparado em termo de conhecimento”; e o professor “C” respondeu “às vezes” justificando com sua fala que “–Depende da deficiência, com relação ao professor sim, pois somos bem qualificados para lidar com essas situações. No quesito estrutural que podemos apresenta determinada dificuldade s”.

Deve-se destacar a percepção de um dos professores em relação à falta de estrutura para receber e incluir estudantes com deficiências, o que de alguma forma dificulta a permanência destes nas escolas, vale ressaltar que é de suma importância que as instituições estejam preparadas para receber todos em um mesmo

âmbito. Para Lima (2005), é necessário a mudança da base estrutural da escola para a inclusão do aluno com deficiência de maneira plena.

Mediante a isso, as políticas voltadas para a área da inclusão vêm como suporte na permanência de todos, independentemente da especificidade de cada um. Vale ressaltar que dois professores frisaram nos docentes, alegando que os professores estão preparados para receber PcD's. Nessa ótica entende-se que o aperfeiçoamento docente é de suma importância, o que garante por meio de práticas inclusivas a aceitação e o sentimento de pertencimento desse aluno, onde "Cabe ao professor, em sua prática, conduzir o processo de ensino-aprendizagem, o que envolve, muitas vezes, situações problemáticas, resolvidas com base na experiência profissional do docente" (Faleiros; Pardo 2001). Assim, é de suma importância à qualificação de professores que devem estar preparado para assumir total responsabilidade, o que facilita a inclusão.

Na pergunta sobre a inserção do estudante deficiente nas aulas de EF notou-se uma concordância entre todos os professores entrevistados, tendo a resposta "sim" unanimemente. Sendo que o professor "A" e "C" relataram da importância da EF como "forma de inclusão no meio social e ajudam no desenvolvimento cognitivo e motor"; o professor "B" alegou que "a EF é uma disciplina igual a todas as outras, portanto não pode haver exclusão".

Essa difusão de ideias está atrelada a um olhar diferenciado para a aceitação de todos sem discriminação dentro do mesmo processo, de acordo com a LDB, e a Política de inclusão a qual descreve que o sistema de ensino deve assegurar ao deficiente a educação de modo que atenda a sua necessidade, não importando a sua deficiência (Brasil, 1996; Brasil, 2008). Assim, podemos entender a relevância da compreensão dos docentes em relação a participação do estudante em todas as atividades de EF, pois nesse processo a ação metodológica do professor para inserir estudantes com deficiência é o ponta pé inicial para as práticas inclusivas.

Já quando perguntado sobre o desenvolvimento dos estudantes com deficiência em turmas exclusiva para atendimento das NEE, apresentando uma resposta unânime de “não”. Estes justificaram suas respostas da seguinte maneira: O professor “A” responde que: “–Esses alunos precisam de alunos que não possuem nenhum tipo de portabilidade física, pois precisam aprender um com o outro”; o professor “B” responde que: “–A inclusão é um fator necessário para o desenvolvimento de qualquer aluno, independente de qualquer coisa (deficiência)”; e por fim o professor “C” respondeu: “–O papel da escola, melhor, um dos papéis da escola é integrar e incluir os alunos, sendo ele deficiente ou não.”

Compreende-se, que os professores entendem a importância da permanência do estudante com NEE em salas regulares, pois podemos observar na fala dos mesmos os benefícios da inserção, além de destacarmos a lei que assegura o educando com deficiência em espaços de interação com estudantes ditos “normais” (Brasil, 1996; Brasil, 2008), evitando qualquer tipo de segregação.

Quando perguntada a opinião dos professores a respeito da apropriação das aulas de EF para os estudantes com deficiência, mais especificamente: “Você considera as aulas de EF apropriadas para todos os alunos, inclusive, o aluno com deficiência? Por quê?”, os professores “A” e “C” responderam que “sim”, já os professores “B” respondeu “não”, assim o professor “A” justificou sua resposta da seguinte maneira: “–Porque os que têm deficiência tem que ter um desenvolvimento nas brincadeiras e jogos para que assim desenvolva seu lado motor”; Já o professor “B” justificou sua resposta: “–Quando há necessidade a aula sofre adaptações”; e o professor “C” respondeu: “–As aulas são apropriadas sim, pois na realidade de um aluno deficiente a professora adaptará sua metodologia, mas apresentará dificuldades, porque a escola não dispõe de espaços apropriados para os alunos”.

Mediante as respostas, averigua-se que os docentes entrevistados têm uma percepção sobre importância da EF para o desenvolvimento motor do educando. Além de entenderem a necessidade de adaptação de cada aula de acordo com a

necessidade de cada educando, uma vez existe a necessidade de adaptação das aulas quando nos referimos ao estudante com deficiência, partindo de uma metodologia consciente e inclusiva, onde o professor mediador é o responsável pela inclusão e a adaptação metodológica de ensino no período de aula. Nota-se que os direcionamentos de Freire (1979), onde cita que o docente é o responsável pela construção de uma sociedade pensante está presente e atual.

Mediante ao exposto, um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua forma pedagógica para da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento com a profissão, através da educação que o educador pode verdadeiramente assumir o seu papel de educador.

No questionamento referente à atenção voltada aos estudantes com deficiência nas aulas, identificou-se mais uma unanimidade nas respostas. Ao responder à pergunta: “Você acredita que a atenção dada a esse aluno com deficiência atrapalha no desenvolvimento e o rendimento da aula? Por quê?”; Observou-se que todas as repostas foram “não”, como justificativa a resposta comum a todos, pois o um aluno deficiente não atrapalhar uma aula de EF, sendo essa aula adaptada para todos os alunos, despertando o sentimento solidário na turma, os alunos costumam ajudar o professor e o aluno deficiente.

Com base nas repostas, averiguamos que não existe nenhum tipo de restrição em inserir o estudante com deficiência nas aulas de EF, onde os professores relatam a importância da participação dos mesmos, a fim de todos se envolverem no processo de inclusão, no qual podemos observar a relevância de inserir o aluno com necessidades educacionais especiais nas aulas, uma vez que estes não estão sendo excluídos de sua participação das atividades letivas. “[...] Socializar as crianças e ajuda-las a formar sua personalidade, proporcionando-lhes conhecimentos das diversas formas de comunicação que lhes facilitará a aprendizagem geral” (Capellini; Rodrigues, 2014, p. 37). Deste modo, sem o apoio dos participantes educacionais na busca da inclusão é quase impossível

à inserção do aluno com alguma deficiência seja em qualquer esfera, porém é importante a iteração dos pares educacionais para a acomodação e aceitação de todos.

No tocante a pesquisa ligada aos estudantes, foram entrevistados 06 (seis) discentes de cada escola chamados de alunos "X" da escola Macia do Socorro, alunos "Y" da escola Rui Marques Lobo e alunos "Z" da escola Anete Farias.

Deste modo, iniciamos as observações com base a seguinte pergunta: "Você acha que sua escola está preparada para receber pessoas com deficiência? Por quê?"; Os seis alunos da escola "X" responderam que "sim", toda via tanto os alunos da escola "Y" quanto da escola "Z" responderam que "não", totalizando doze estudantes equivalente a 67% dos entrevistados mencionam que sua escola "não" está preparada para receber os estudantes com deficiência, estes justificaram a falta de aceitação dos coleguinhas, mencionando o Bullying e a discriminação, outros relatam a falta de estrutura da quadra, banheiros e espaço em geral para recebê-los, além dos equipamentos na área que não tem. Por tanto, como observado, existe a falta de investimentos no que tange a estrutura física e suporte para atender aos estudantes com NEE, fora a indiferença que existe no seio educacional para aceitação.

Para a segunda pergunta, foi estipulada o questionamento: "Você acha que a PcD deve participar das aulas de EF"? Por quê?. Cinco alunos da escola "X" responderam que "sim" e um respondeu "não", cinco alunos da escola "Y" responderam que "sim" e um respondeu "às vezes" e cinco alunos da escola "Z" respondeu "sim" e um respondeu "não". Observa-se que a grande maioria dos discentes que responderam "sim", ou seja, 83% dos entrevistados, tendo como justificativa a importância da saúde dos estudantes com deficiência, relatando que é formidável que elas participem da aula normalmente, aludindo à inclusão e os direitos que todos têm. Já os que mencionaram "às vezes" relata que tem algumas deficiências que não pode ser praticadas nas aulas de EF, e o que responderam "não" justificaram a falta de estrutura para receber esses estudantes. Assim nota-se uma concepção não é

preconceituosa por parte dos estudantes ditos “normais” para com os estudantes com deficiência o que é importante para o processo de inserção educacional.

Ao analisarmos a terceira pergunta titulada “Em sua opinião alunos com deficiência podem ter melhor desenvolvimento, em turmas que só tenha alunos com deficiências? Por quê?”; As respostas dos alunos da escola “X” foram as seguintes, três responderam “sim”, dois “não” e um “às vezes”, os alunos da escola “Y” todos responderam “não” e os alunos da escola “Z” três deles mencionaram “sim”, dois “não” e um “às vezes”. Assim, percebemos que a maioria, 56% respondeu “não”, o que facilita o bom relacionamento entre os discentes, estes que justificaram em suas respostas as relações interpessoais, enfatizando que “um pode ajudar o outro” também mencionaram as discriminações e a visão errônea que as pessoas tem, “podendo chamar os alunos com necessidades especiais de coitadinhos, o que não é bom” enfatizam ainda que estes “precisam de pessoas normais pra brincar e ainda ressaltam que todos somos iguais.”

Porém ainda teve uma porcentagem de 33% que responderam “sim”, estes relatam em suas respostas que “os alunos com deficiências podem se desenvolver no mesmo ritmo de todos”, responderam também que “pelo fato de estarem separados todos aprenderiam no mesmo nível e que teria professores que focaria só pra eles”, ou seja, existe uma percepção de inclusão positiva nesse processo. Observamos também no gráfico que teve um por porcentagem de 11% que responderam às vezes, não tendo justificativa para as respostas.

Destaca-se o questionário referente à quarta pergunta “Você considera as aulas de EF apropriadas para todos os alunos, inclusive, o aluno com deficiência? Por quê?; As respostas foram distintas no qual os alunos da escola “X”, os seis responderam “sim”, os alunos da escola “Y” cinco responderam “sim” e um “às vezes” já os alunos da escola “Z” três responderam “sim”, dois “não” e um “às vezes”. Pode-se observar, que 78% considerado a maioria dos alunos responderam “sim”, desse modo justificaram

suas respostas enfatizando “a importância da participação de todos nas aulas”, sendo que “fará bem para o aluno com deficiência ser participante das aulas”, alegam ainda que “um pode ajudar o outro”, além de citarem a “importância da EF e desenvolvimento da coordenação motora que a educação proporciona”.

Observa-se com isso, que existe uma visão ampla dos alunos ditos “normais” para a aceitação dos alunos com algum tipo de deficiência o que nos leva a observar que a escola está trabalhando com a temática inclusão em suas políticas educativas.

Como supracitados, entende-se que a escola é a principal responsável por facilitar a relação dos alunos e a acessão de todos independente das especificidades de cada um. Em análise, observamos que 11% dos alunos responderam não, mencionando que “a escola não tem um lugar apropriado para as aulas de EF, muito menos para os alunos com deficiência” e 11% responderam às vezes não tendo justificativas para a resposta da pergunta.

A análise do questionário com a quinta pergunta “Você acredita que a atenção dada a esse aluno com deficiência atrapalha no desenvolvimento e o rendimento da aula? Por quê?”. As respostas se dividiram da seguinte maneira, os alunos da escola “X” dois responderam “sim”, três responderam “não” e um respondeu “às vezes”. Os alunos da escola “Y” todos responderam “não”, já os alunos da escola “Z” dois respondeu “sim”, dois responderam “não” e um respondeu “às vezes”. Assim, notamos que 56% responderam “não”, tendo como justificativa que “o estudante com deficiência também irá aprender de igual modo aos alunos que não tem deficiência”, outros citam que “o aluno com necessidades especiais não atrapalha o professor”, além de mencionarem que “ninguém é perfeito e que eles podem entender normalmente”.

Por conseguinte, compreendemos que inserir é a melhor forma de incluir, pois “as crianças com qualquer deficiência, independentemente de suas condições [...] são crianças que tem necessidade e possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes” (Monte; Santos, 2004, p. 13). As

autoras são sucintas em dá ênfase frisando a importância da interação, pois em uma esfera ampla, a socialização e a troca de ideias produzem a empatia o respeito e inclusão.

Porém, as demais repostas se dividiram em 22% dos alunos entrevistados que responderam sim, justificando a que “a atenção é muito dada ao aluno com “deficiência” e 22% responderem às vezes, alegando que “os professores só focam no aluno deficiente, mas que a escola já deveria saber que tem alunos que deveria ter mais atenção”.

Mediante a todas as averiguações em relação aos questionários para os professores e alunos, analisamos e concluímos que com base nas perguntas apresentadas anteriormente sobre a inserção dos alunos com deficiência, entendemos que as escolas encontram-se de acordo na maioria das observações, onde a grande parte dos entrevistados dera ênfase na aceitação das crianças com necessidades especiais, em termos metodológicos, específicos a qualificação e mediante a interação dos alunos ditos “normais” para com os alunos com deficiência. Assim, compreendemos que as escolas em termos de inclusão através das relações interpessoais estão preparadas, mesmo que estas precisem de ajustes em certas condutas, entretanto a maioria dos participantes escolares estão cientes a respeito da inclusão dos alunos com deficiência.

Porem as respostas foram unanimes em grande parte, tanto as repostas dos professores quando dos alunos quando mencionarem como entrave a falta de recursos, o que dificulta na qualidade e no processo de ensino e aprendizagem. Os entrevistados concordam com a falta de estrutura para receber alunos com alguma especificidade. O que nos leva a entender que em termos estruturais as escolas não estão preparadas para receber esses alunos.

Considerações

O presente estudo mostrou-se que ainda há muito a se fazer, para que as escolas do município de Oiapoque-AP, estejam aptas para inclusão escolar, principalmente as Escolas analisadas pela

pesquisa. Entendemos dessa maneira, que o ensino inclusivo ainda não preenche as expectativas no que se refere a qualidade do trabalho desenvolvido. O professor ainda não está totalmente preparado, e os estudantes ditos “normais” ainda não tem uma visão formada sobre a inclusão e também não estão preparados para recebe-los ou seja, para que isso ocorra, se faz necessário muito investimento, bem como estudo e conhecimento e a necessidade das escolas criarem projetos que abordem a questão da Inclusão e das diversas deficiência existentes, para que estes alunos ditos “normais” consigam compreender o que acontece e como podem agir em relação aos estudantes deficientes, podendo assim participarem ativamente desta inclusão e não como meros telespectadores, sem entender de verdade o que está acontecendo. Para tanto, a escola tem que está adequada, a sociedade como um todo não está consciente do seu dever e bem verdade que alguns anos já se passaram, contudo compreendemos que as mesmas lacunas até então existentes, continuam presentes ainda nos dias atuais. Acreditamos, que a EF deve ser produtora da independência da pessoa com deficiência na procura pelo seu progresso como ser humano.

Diante do que foi estudado e analisado através das entrevistas, a maioria dos estudantes entrevistados mostraram-se favoráveis a inclusão escolar, por outro lado, citaram várias dificuldades relacionadas a inclusão em suas respectivas escolas, dando ênfase a discriminação social, a falta de preparo por parte dos profissionais, mas principalmente a adaptação estrutural da escola, ou seja, tanto no âmbito físico como de recursos humanos para receber um aluno com necessidades educativas especiais. O professor afirma que fazem a inclusão, mas os alunos dizem que as aulas não são desenvolvidas para os deficientes.

Em suma, a inclusão social é, na verdade, uma medida de ordem econômica, uma vez que o portador de deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, ou seja, diminuindo, assim, os custos sociais. Dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve

ser responsabilidade de cada um e ao mesmo tempo de todos coletivamente.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 2**. Brasília. 11 Set. 2001.

BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº. 9.394/96. – Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Jan 2008.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

CAPELLINI, V.L.M.F; RODRIGUES, O.M.P.R. **Práticas Inclusivas: fazendo a diferença**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

FALEIROS, M.H.S.; PARDO, M.B.L. **A inclusão de alunos com deficiência mental na perspectiva de suas professoras e produções acadêmicas**. 2001. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

KASSAR, M.C.M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala. In: GOÉS, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

LOURENÇO, K.R.C. **Política Pública Linguística versus Educação Inclusiva: desvelando processos de exclusão de surdos**. 1 ed. Jonville, SC: Asé Editorial, 2016.

LIMA, M.S.C. O diverso, o diferente e o idêntico no contexto escolar: o que dizem os discursos oficiais das políticas públicas de inclusão?. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 183-98, setembro/dezembro 2005.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. Summus Editorial, 2003

MONTE, R.F.do; SANTOS, I.B.dos. **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: Surdez. – reimpressão – Brasília: MEC, SEESP, 2004.

NOGUEIRA, D. A importância da Educação Física para os portadores de deficiência física. **Revista Brasileira Educação Especial**, v. 9, n. 2, p. 195-210, 2011.

ONU, Organização da Nações Unidas. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dez 1948.

SASSAKI, R.K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 19-23, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação**: na área das necessidades educativas especiais. UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**: fundamentos de defectologia. v.5. Madrid:Visor, 1997.

6

AUTORAS E AUTORES



Álvaro



Cássia



Demilto



Gustavo



Jacson



Josivan



Layana



Milena



Núbia



Rodrigo



Silvana



Walter

ÁLVARO ADOLFO DUARTE ALBERTO

Natural de Chaves/PA. Possui Doutorado em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu/SP (2014); Mestrado em Educação Física pela Universidade de Matanzas/Cuba (2001), título revalidado no Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina; especialização em Educação Física Escolar pela Universidade Salgado Oliveira (1996) e graduação em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (1982). Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde – Maringá/PR (2024). Atualmente é Professor Associado I da Universidade Federal do Amapá/Curso de Graduação em Educação Física. Tem experiência na área de Educação Física com ênfase no ensino fundamental, médio e superior, atuando principalmente nos

seguintes temas: Educação Física Escolar, Formação de Professores, Atividade Física na Promoção de Saúde e Lazer.

CÁSSIA HACK

Licenciada e especialista em Educação Física (UFMT); Especialista em Historiografia e Metodologia do Ensino e da Pesquisa de História (UNEMAT); Planejamento Educacional; Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo (UFBA); Mestra em Educação Física (UFSC) e Doutora em Educação (UFBA) com estágio na *Università degli Studi di Cassino e del Lazio Meridionale* (Itália). Professora Associada na UNIFAP. Coordenadora de Área do PIBID CAPES UNIFAP em Educação Física. Coordenadora do Grupo de Estudos em Pedagogia Histórico-Crítica no meio do mundo e do Laboratório de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer no meio do mundo (LEPEL Amapá).

DEMILTO YAMAGUCHI DA PUREZA

Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (2004), mestre em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu (2006) e doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (2011). Professor da Universidade Federal do Amapá lotado no Departamento de Educação, Curso em Licenciatura em Educação Física. Nessa mesma instituição é professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde – UNIFAP e da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva, na área da Saúde da Criança e do Adolescente. Atualmente tem atuado nas linhas de pesquisa de Epidemiologia e Saúde Pública e Atividade Física e Saúde.

GUSTAVO MANESCHY MONTENEGRO

Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Licenciado em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará. É professor da Universidade Federal do Amapá. Membro da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do

Lazer (ANPEL); do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). É pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer - NEPEFEL/UNIFAP, atuando na linha de pesquisa Educação Física e Lazer, no qual realiza pesquisa a respeito dos seguintes temas: Lazer e culturas; Futebol e Cultura; Formação e Atuação Profissional em Educação Física/lazer; Lazer e diversidades. Compõe o Laboratório sobre Formação e Atuação Profissional no Lazer - ORICOLÉ/UFMG. Tem experiência como professor da educação infantil, do ensino fundamental e em ações de ensino-pesquisa-extensão, nas áreas de educação científica, esportiva, ambiental e saúde, bem como no desenvolvimento de material didático-pedagógico.

JACSON DOUGLAS FIGUEIRA DE SOUZA

Natural de Macapá/AP. Possui ensino médio pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Barroso, Santana/AP (2003). Possui também curso Técnico em Informática pelo Instituto Federal do Amapá (2023). Faz parte do Programa de Educação Tutorial (PET), da Universidade Federal do Amapá. Atualmente cursa o oitavo semestre do curso de Graduação em Educação Física na Universidade Federal do Amapá.

JOSIVAN DOS SANTOS

Possui graduação de Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, *Campus* Oiapoque no ano de 2020. Atualmente presta serviço ao setor da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) na Casa de Apoio a Saúde Indígena (CASAI) no Município de Oiapoque/AP, vinculada ao DSEI Amapá e Norte do Pará, relacionado ao Ministério da Saúde do Governo Federal, atuando na área da saúde indígena no referido município.

LAYANA COSTA RIBEIRO CARDOSO

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) desde 2012. Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UnB), com Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Especialização em Docência no Ensino Superior e em Lazer pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e com Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (2008). Tem experiência na área de Educação Física Escolar, incluindo ensino técnico e Educação de Jovens e Adultos, e no Ensino Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: Práticas corporais de comunidades tradicionais da Amazônia, Sociologia do corpo, Educação física escolar, Saúde e Qualidade de vida. Membro do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza (NECON/UNB).

MILENA ALMEIDA PALMERIM

Licenciada em Educação Física, pela Universidade Federal do Amapá. Atuou em estágios extracurriculares como professora de natação, exercício funcional e jiu jitsu para crianças e também como professora de Educação Física na indústria SESI SENAI. Foi bolsista no Programa Residência Pedagógica por 18 meses.

NÚBIA DA SILVA ARAÚJO

Professora, com graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Amapá, *Campus* de Oiapoque/AP. Possui Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, assim como em Educação Física Escolar. Vinculada ao Programa Criança Alfabetizada na Educação Infantil - PCA pela Secretaria Municipal de Educação de Oiapoque, trabalhando na coordenação do setor da Educação Infantil - SEMED do Município de Oiapoque/AP. Atualmente possui o cargo de Conselheira Municipal pelo Conselho Municipal de Educação de Oiapoque, tendo já atuado como diretora da Escola Municipal Rui Marques Lobo.

RODRIGO COUTINHO SANTOS

Formado em Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Pará – UEPA, servidor concursado da Secretaria de Educação do Estado do Amapá desde 2006. Com Pós-Graduação em Educação Física Escolas, Fisiologia do Exercício, Mestre em Ciências da Saúde pela UNIFAp e Doutorando em Educação pela UFPA. Vinculado ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte desde 2014, com participação no Comitê Científico do GTT8 (Inclusão e Diferença). Atualmente ligado ao grupo de pesquisa Centro Avançado de Estudos em Educação e Educação Física – CAÊ da UFPA. Atuante com pesquisas e estudos nas áreas de Ciências da Saúde, Educação e Educação Física, com temas ligados à Saúde, Educação Física Adaptada, Educação Especial e Inclusiva.


SILVANA SIQUEIRA DE OLIVEIRA

Graduada pela Universidade Federal do Amapá, *Campus* Oiapoque/AP no ano de 2023, no curso de Licenciatura em Educação Física. Servidora efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Oiapoque/AP, atuando na área da educação infantil com a disciplina de Educação Física. Atualmente está realizando um curso de capacitação na área de letramento para o segmento da Educação infantil, assim como pretende realizar mais pós-graduações e complementar sua formação cursando Fisioterapia, para agregar os conhecimentos na área da Saúde.

WALTER MENDES DA CUNHA

Licenciado em Educação Física e Especialista em Saúde Coletiva com ênfase em Saúde Mental pela Universidade Federal do Amapá. Experiência no campo da Saúde Coletiva e Saúde Mental trabalhando nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e na Psiquiatria; na Educação Física Escolar trabalhando com a Educação Infantil e Anos Iniciais (1° ao 5° ano); Esporte, Lazer, Recreação, Exercício Físico trabalhando com Atividades Psicomotoras Lúdico Esportivas (APLES) natação, bike indoor, treinamento funcional e musculação. Interesses em:

Educação Física Escolar, Saúde Coletiva e Pedagogia Histórico-Crítica. Membro da Rede CEDES-AP (2016/2017); Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (NEPEFEL), do Grupo de Estudo em Pedagogia Histórico-Crítica no meio do mundo (2018/2023); do Fórum do Norte da Educação Física Brasileira; secretário adjunto do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte Amapá (CBCE-AP) e militante no Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física núcleo Macapá (MNCR-MCP).



Esta obra foi organizada no sentido de agrupar parte da produção do conhecimento científico produzido por associados(as) ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no Estado do Amapá por iniciativa da Gestão 2022-2024 “Resistência e Unidade na luta pela vida continua” da Secretaria Estadual do CBCE no Amapá (CBCE/AP).